

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS SOCIAIS

1994: O Genocídio de Ruanda e a Retórica Internacional

NATÁLIA BLANC PEDROSA

RIO DE JANEIRO
2014

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

1994: O Genocídio de Ruanda e a Retórica Internacional

Monografia submetida à Banca de Graduação como pré-requisito para obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Sociais.

NATÁLIA BLANC PEDROSA

Orientador: Prof. Carlos Henrique Serra

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **1994: O Genocídio de Ruanda e a Retórica Internacional**, elaborada por Natália Blanc Pedrosa.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Professor Doutor Carlos Henrique Aguiar Serra

Doutor em História (UFF, 1997)

Professor Associado I do Departamento de Ciência Política e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UFF.

Departamento de Ciência Política - UFF

Banca I: Professor Doutor Claudio de Farias Augusto

Doutor em Ciência Política (USP, 2003)

Graduação em Ciência Política - UFF.

Departamento de Ciência Política - UFF

Banca II: Professor Doutor Marcial A. Garcia Suarez

Doutor em Ciência Política (IUPERJ, 2008)

Mestrado em Ciências Sociais (UFSC, 2004)

Departamento de Ciência Política - UFF

RIO DE JANEIRO
2014
FICHA CATALOGRÁFICA

PEDROSA, Natália.

1994: O Genocídio de Ruanda e a Retórica Internacional

Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade
Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

Orientador: Carlos Henrique Aguiar Serra

RIO DE JANEIRO

2014

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais e minha tia Lia, que sem eles eu não teria conseguido passar para a UFF e até nem teria tentado.

Agradeço também a todos os meus amigos e demais familiares que me ajudaram nessa árdua jornada, atravessando a cidade todos os dias, perseverando apesar dos contratemplos.

Muito obrigada ao Leo, que ouviu todas as minhas reclamações e choramingos ao longo desses anos e que me ouviu narrar todo este trabalho, capítulo por capítulo.

Muito obrigada ao Professor Orientador Carlos Henrique Serra, que me ajudou ao longo da confecção deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores e funcionários da Universidade Federal Fluminense que fizeram da minha graduação possível e me passaram todo o conhecimento que puderam.

PEDROSA, Natália. **1994: O Genocídio de Ruanda e a Retórica Internacional.**
Orientador: Carlos Henrique Aguiar Serra. Rio de Janeiro: UFF/ICHF. Monografia em Ciências Sociais.

RESUMO

O genocídio de Ruanda ocorrido na primavera e no verão de 1994 deixou milhares de mortos e um país destruído. Porém, o que muitos não sabem é que os atos genocidas praticados pela etnia Hutu começaram muito antes de 94, eles possuem raízes históricas e as fronteiras entre Hutus e Tutsis foram estabelecidas por meio de uma forte violência simbólica imposta pela metrópole belga, durante o período colonial. Inúmeros relatos nos ajudam a desenhar os fatos ocorridos durante os ataques, onde a sobrevivência passou a ser questionada e não a morte. Enquanto a população tutsi e hutus moderados caíam, a Organização das Nações Unidas (ONU) e as grandes potências mundiais se negavam a caracterizar tal ação como genocida, se negando também a intervir nos conflitos, retirando seus exércitos e trabalhadores da região. Essa retórica gerou ainda mais mortes e dizimou uma população, atingindo-se a conta de mais de oitocentos mil mortos, deixando o país em estado econômico ainda mais precário, com uma herança de medo e um trauma jamais esquecido, legado visto ainda nos dias de hoje, vinte anos após o genocídio.

Palavras-chave: Genocídio, Hutu, Tutsi, Violência Simbólica, ONU, Tribunal Internacional.

Sumário

1. Introdução	9
2. Contexto Histórico: Raízes e Precedentes do Genocídio de Ruanda	13
2.1 Ruanda, Governo e Diferenças Étnicas	13
2.2 Surgimento da Rivalidade Tutsis x Hutus	15
2.3 Início dos Conflitos e tomada de poder pelos Hutus – de 60 a 94	19
3. O Genocídio	30
3.1 O início dos Ataques	30
3.2 Trabalho Diário: Matar	33
3.3 A Frente Patriótica Ruandesa	37
4. A Omissão Internacional	43
4.1 Posição da ONU e a Retórica Americana	43
4.2 A Ação Francesa	48
4.3 Garantia ao Direito Humanitário: Reponsabilidade de Todos?	50
5. Consequências do Genocídio	55
5.1 100 dias, 800mil mortos	55
5.2 Reestruturação Ruandesa, Cenário Político Externo e Interno e Herança Deixada pelo Genocídio	57
5.3 Aspectos Socioeconômicos e Culturais em Ruanda 20 anos depois	59
6. Conclusão	62
7. Referências Bibliográficas	64
8. Anexo: fotos do Genocídio, mapas da região	66

“A aldeia global se deteriora em ritmo acelerado, e nas crianças do mundo o resultado é o ódio. É o ódio que eu vi nos olhos dos milicianos adolescentes da Interahamwe em Ruanda, é o ódio que eu senti nos corações das crianças em Serra Leoa, é o ódio que senti nas multidões de civis comuns em Ruanda, e é o ódio que resultou no 11 de setembro.”

Roméo Dallaire, “Shake Hands with the Devil”.

1. Introdução

Em abril deste ano, 2014, li uma matéria, intitulada “*Entenda por que o mundo não impediu o genocídio de Ruanda*”¹ e, apesar do curto espaço de tempo, mudei por completo a proposta deste trabalho.

Quando o genocídio de Ruanda aconteceu, entre abril e início de julho de 1994, eu tinha apenas 4 anos, de modo que não tomei conhecimento do ocorrido. Mais tarde, o tema não me foi apresentado durante minha educação escolar. Imagino que seja um assunto sem grande importância para a educação infanto-juvenil e negligenciado por outros. Contudo, para mim, toda e qualquer tentativa de dizimação de uma população é assunto a ser colocado em pauta.

Dizimação significa o assassinato de uma em cada dez pessoas de uma população. Na primavera e no verão de 1994, um programa de massacres dizimou a população da República de Ruanda. Embora os assassinatos tenham sido executados com baixa tecnologia, geralmente com facão, eles se deram em uma velocidade surpreendente: de uma população original de 7,5 milhões, 800 mil pessoas foram mortas em apenas cem dias. Os mortos de Ruanda se acumularam numa velocidade quase três vezes maior que a dos judeus mortos durante o Holocausto. Foi o mais eficiente assassinato em massa desde os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki.

No primeiro capítulo, será abordado o contexto histórico de Ruanda, a origem das etnias e dos conflitos. As diferenças entre Hutus e Tutsis são históricas, sempre existiram, mas a rivalidade entre as etnias só teve início depois que essas diferenças passaram a ser apontadas, colocando uma etnia em detrimento da outra.

Ruanda foi colonizada pela Bélgica e, durante todo o período colonial os belgas mantiveram os tutsis no poder, subjugando os hutus, enraizando um sentimento de inferioridade, que como magia foi interiorizada dentro de toda a etnia. Com o fim do colonialismo, em 1959, os hutus tomaram o poder, dizendo que colocariam um fim ao regime autoritário, assumindo o controle de Ruanda com ajuda dos próprios belgas. Mas, na verdade mantiveram o mesmo regime autoritário, invertendo apenas a ordem das peças.

¹ Matéria pode ser acessada no link: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/entenda-por-que-o-mundo-nao-impediu-o-genocidio-de-ruanda.html>

No segundo capítulo o início dos conflitos e o caminho até o genocídio será abordado. Entre os anos de 59 e 94 os tutsis tiveram raros momentos de tranquilidade. Inúmeros ataques foram feitos contra os tutsis, que eram privados de acesso aos bens primários, eram subjugados de forma igual ou pior que os hutus eram no período colonial. Todo o sentimento de inferioridade hutu gerou um ódio aos tutsis tão forte quanto esse sentimento e ainda mais enraizado. Quase 2 milhões de tutsis se exilaram em países vizinhos entre 59 e 94.

Durante todo esse período, Ruanda se sustentava basicamente por meio de ajuda humanitária internacional e, com finalidade de manter essa ajuda e satisfazer a vontade da comunidade internacional, o presidente Habyarimana concordou em assinar o acordo de paz, conhecido como o acordo de Arusha, juntamente com o presidente do Burundi. Esse acordo selaria a paz entre o governo hutu ruandês e a FPR dos tutsis. O acordo foi assinado, mas a paz estava longe de ser atingida. Cerca de quatro meses após a assinatura do acordo, ao voltarem de uma nova reunião na Tanzânia o avião com os presidentes de Ruanda e Burundi fora abatido causando a morte de ambos e também de vários líderes do governo de Habyarimana. Na ocasião o atentado foi atribuído, pelo Poder Hutu, aos tutsis, no entanto, ele fora provocado por hutus radicais, que não aceitavam a assinatura do acordo e a postura de Habyarimana.

A morte do presidente deu início aos ataques genocidas, milhares de casas tutsis foram incendiadas em inúmeras cidades do país, centenas de tutsis e hutus moderados foram assassinados. No dia seguinte de sua morte, 10 soldados belgas a serviço da ONU foram assassinados e quatro dias depois todos os soldados belgas a serviço da ONU e todo o exército francês foram retirados do país, não restando nenhum estrangeiro em Ruanda, deixando o caminho livre para o poder hutu dizimar a população tutsi.

Antes do início do genocídio a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) já havia sido formada por tutsis que viviam em exílio e cem dias após o início do genocídio eles conseguiram chegar à capital Kigali e, por fim, conseguiram tomar o poder do país, pondo fim ao genocídio.

Além disso, tratarei da postura da ONU em relação aos acontecimentos, assim como a postura dos Estados Unidos e das potências europeias. Somente após o fim do genocídio a ONU e as potências globais atribuíram o termo “genocídio” aos fatos ocorridos em Ruanda. E, foi instaurado pela a ONU, na Tanzânia, o Tribunal Internacional para Ruanda, que tinha

como objetivo julgar e condenar todos aqueles que violaram o Direito Internacional Humanitário durante as práticas de genocídio.

No capítulo três, nos deparamos com as consequências do genocídio. Os acontecimentos em Ruanda deixaram marcas e traumas que persistem até hoje, o medo e a memória viva são constantes na vida daqueles que presenciaram os assassinatos e mesmo daqueles que ouviram as histórias contadas pelos pais e avós.

A garantia dos direitos humanitários, a busca pela paz em todas as sociedades é responsabilidade de todos? Todos os países do globo, em particular aqueles com cadeira na ONU, são responsáveis por zelar pela vida? Ou cada um é responsável pelo o que acontece apenas dentro de suas fronteiras?

“Esforçar-se para compreender o que aconteceu em Ruanda é uma tarefa dolorosa da qual não temos o direito de nos esquivar – faz parte de ser adulto moral”².

² HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facões*. Pag. 8, p.f. 2.

“Na célebre história, o irmão mais velho, Caim era um lavrador, e Abel, o caçula, um pastor. Eles fizeram oferendas a Deus – Caim ofertou parte de sua colheita e Abel do seu rebanho. A oferta de Abel recebeu a consideração divina. A de Caim, não. Então, Caim matou Abel.”

Philip Gourevitch, “Gostaríamos de informa-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias”.

II. Contexto Histórico: Raízes e Precedentes do Genocídio de Ruanda

Ruanda, Governo e Diferenças Étnicas

Os pigmeus foram os primeiros habitantes de Ruanda, eram um povo da selva, que viviam em cavernas e cujos descendentes hoje são chamados de povo *twa*, um grupo marginalizado e privado de direitos de cidadania que não chega a 1% da população.

Os hutus e tutsis vieram depois, mas suas origens e a ordem de suas migrações não são conhecidas com precisão. A maioria dos historiadores apontam que os hutus são um povo banto³ que se estabeleceu em Ruanda primeiro, vindo do sul e do oeste, e que os tutsis são um povo nilota⁴ que migrou do norte e do leste.

Com o tempo, hutus e tutsis passaram a falar a mesma língua, seguir a mesma religião, casar-se entre si e viver misturados, sem distinções territoriais, nas mesmas montanhas, compartilhando a mesma cultura política e social em pequenas aldeias. Os chefes eram chamados de *mwamis*, e alguns deles eram hutus, outros eram tutsis.

Hutus e tutsis lutavam ombro a ombro nos exércitos dos *mwamis*. Por meio de uma política de casamentos e vizinhança, os hutus tornaram-se herdeiros dos tutsis, e os tutsis se tornaram herdeiros dos hutus. *Por causa de toda essa miscigenação, os etnógrafos e historiadores chegaram ultimamente à conclusão de que os hutus e os tutsis não podem propriamente ser considerados grupos étnicos distintos.*⁵ Contudo, os nomes hutu e tutsi permaneceram. Eles tinham significado, uma distinção e, a origem dessa distinção é indiscutível: os hutus era lavradores e os tutsis eram pastores e pecuaristas. Essa era a desigualdade de origem, o gado é um bem mais valioso que a produção agrícola, e embora alguns hutus possuíssem vacas e alguns tutsis cultivassem o solo, os tutsis tornaram-se sinônimos de elite política e econômica.

³ Os Bantos (forma preferível a "bantus") constituem um grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. Segundo estudos históricos e antropológicos, os bantos são provavelmente originários dos Camarões e do sudeste da Nigéria. Por volta de 2000 a.C., começaram a expandir seu território na floresta equatorial da África central. Mais tarde, por volta do ano 1000, ocorreu uma segunda fase de expansão mais rápida, para o leste, e finalmente uma terceira fase, em direção ao sul do continente, quando os bantos se miscigenaram.

⁴ Os nilotas são um grupo de povos africanos que falam línguas nilóticas, um dos principais ramos da grande família das línguas Nilo-saharianas e, como o nome indica, habitam a região sul do vale do rio Nilo, desde a Etiópia à Tanzânia, mas tendo-se espalhado também para o interior africano.

⁵ "Gostaríamos de informa-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias". GOUREVITCH, Philip. Pág. 45, p.f. 2.

A estratificação se acentuou depois de 1860, quando o *mwami* Kigere Rwabugiri, um tutsi, subiu ao trono ruandês e começou uma série de campanhas militares e políticas que expandiram e consolidaram seu domínio sobre um território quase do tamanho da atual República.

Os documentos do período pré-colonial não são muito confiáveis, pois os ruandeses não possuíam escrita, sua tradição era oral, logo, maleável. E, como a sociedade ruandesa era extremamente hierárquica, as histórias que eles contam sobre o seu passado eram contadas por aqueles que tinham poder, seja no governo ou na oposição. Dessa forma, muito dos documentos históricos podem ser considerados nada mais do que hipóteses. E, esse é o problema, a história de Ruanda é perigosa. Como toda história, ela é um relato de sucessivas lutas pelo poder e, o poder consiste na habilidade de fazer com que os outros aceitem sua versão sobre a realidade. O grupo ou classe que ocupa o poder cria as representações do real, a visão de mundo daquela sociedade, impõe seus pontos de vista e ditam a ordem daquela sociedade.

De todo modo, alguns fatos e conclusões são indiscutíveis. Como, por exemplo, o novo *mwami* Rwabugiri era o herdeiro de uma dinastia com linhagem do final do século XIV. E, quinhentos anos de regime requer organização.

Durante a ascensão ao poder de Rwabugiri o Estado ruandês administrava a maior parte do que hoje são as regiões central e sul de Ruanda, numa rigorosa e complexa hierarquia de chefes civis, políticos e militares, e de governadores, subchefes, e representantes do governador e subchefes. Sacerdotes, coletores de impostos, líderes de clãs e organizadores do exército, todos tinham seu lugar na ordem que mantinha cada montanha do reino vassala do *mwami*.

O *mwami* era reverenciado como uma divindade absoluta e infalível, era visto com encarnação pessoal de Ruanda e, à medida que Rwabugiri expandia seu território, ele cada vez mais configurava o mundo de seus súditos. Os tutsis eram favorecidos para os altos cargos políticos e militares e, por conta de sua relação pública com o Estado, geralmente gozavam de maior poder econômico.

O regime era essencialmente feudal, os tutsis ocupavam o lugar dos aristocratas e os hutus o de vassalos. Contudo, o status e a identidade continuavam a ser definidas por diversos outros fatores e as fronteiras entre hutus e tutsis mantiveram-se permeáveis. Em lugares onde o poder do *mwami* não chegou essas categorias não tinham nenhum significado. Aparentemente, as identidades hutu e tutsi só ganhavam sentido em relação ao poder do Estado e, à medida que isso acontecia os dois grupos inevitavelmente desenvolveram suas próprias culturas distintas. Foram

constituídos seus próprios conjuntos de ideias sobre si mesmos e sobre os outros. Essas ideias eram frequentemente moldadas pela via da negação: um hutu era o que um tutsi não era, e vice versa.

Em 1885, representantes das grandes potências europeias realizaram um encontro em Berlim para estabelecer as fronteiras de seus novos territórios africanos. Uma vez que exploradores europeus chegaram ao interior africano e, este foi aberto à imaginação europeia, logo se seguiu o império. Num frenesi de conquistas, os monarcas da Europa começaram a alegar direitos sobre os territórios do continente.

Surgimento da Rivalidade Tutsi x Hutus

Até o período pré-colonial havia subordinação dos hutus pelos tutsis, mas não havia o sentimento de rivalidade entre eles, o sentimento de inferioridade hutu ainda não estava presente. Apesar de subjugados, ainda existiam hutus ocupando cargos no governo, em postos públicos e em lugar de prestígio na sociedade.

No encontro em Berlim, as linhas traçadas no mapa não guardavam nenhuma relação com as tradições políticas ou territoriais dos lugares que circunscreviam. Centenas de reinos e tribos, com suas culturas, religiões, línguas, histórias políticas e sociais foram divididas e, na maioria dos casos, foram aglomeradas sob bandeiras europeias. Entretanto, deixaram intactos Ruanda e seu vizinho ao sul, o Burundi e designaram os dois países como províncias da África Oriental Alemã, ambos eram administrados como um único território colonial, Ruanda-Burundi.

Nenhum homem branco jamais havia pisado em Ruanda na época do encontro de Berlim. Quando os europeus então chegaram, ao final do século XIX, formaram uma imagem de uma imponente raça de reis guerreiros, cercada por rebanhos de gado forte de longos chifres e uma raça subordinada de camponeses pequenos e escuros, cultivando a terra e colhendo bananas. Os homens brancos presumiram que essa era a tradição do lugar e a consideraram um arranjo natural. Ao chegar e se deparar com os tutsis, pecuaristas, ocupando o poder e os hutus, agricultores, sendo seus servos, foi esse o arranjo que o homem branco desenhou.

Na confusão de características de Ruanda, a questão das aparências é particularmente delicada, uma vez que isso pode significar vida ou morte. Mas, os tipos físicos hutu e tutsi eram delineados: para os hutus, rostos sólidos e redondos, pele mais escura, nariz achatado, lábios

grossos e mandíbulas quadradas; para os tutsis rostos longos e delgados, pele não tão escura, nariz estreito, lábios finos, queixo estreito.

A “ciência das raças” estava na moda na Europa nessa época, e para quem estudava a África Central a doutrina-chave era a chamada hipótese hamítica, proposta em 1863 por John Hanning Speke, inglês que se tornou conhecido por “descobrir” o grande lago africano que ele batizou de Vitória e identificá-lo como a fonte do rio Nilo. A teoria antropológica de Speke, desenvolvida sem a menor base factual, era a de que toda a cultura e toda a civilização na África Central haviam sido introduzidas por um povo mais alto e de aparência distinta, que ele considerava ser uma tribo caucasóide de origem etíope, descendente do rei Davi bíblico e, portanto uma raça superior aos negros nativos. Muito de seu trabalho é dedicado a descrição da feiura física e moral das “raças primitivas” da África. Ele acreditava que o governo colonial poderia salvar o negro da perdição, caso contrário ele via muito poucas chances para a raça. Esse era o slogan da era vitoriana.

Ainda assim, Speke achou uma raça superior de homens tão diferentes quanto possível da ordem comum dos nativos, graças as suas faces finas e ovais, olhos grandes, narizes empinados, revelando o melhor sangue da Etiópia, antiga Abissínia. Essa raça compreendia muitas tribos, incluindo os tutsis, e apesar da miscigenação ainda mantinham uma fisionomia asiática. Speke declarou essa raça dominante como “semi-sem-hamítica”, eram cristãos perdidos, que com um pouco de educação britânica poderiam ser quase iguais a um inglês como ele.

Apesar de nunca ter pisado em Ruanda, Speke, que só havia chegado à fronteira oriental do país, tinha sua teoria tomada como evangelho pelos colonizadores de Ruanda. Em 1894 foi a primeira vez que um homem branco pisou em Ruanda e, um ano depois a morte do *mwami* Rwabugiri mergulhou Ruanda na turbulência política, e em 1897 a Alemanha instalou seus primeiros postos administrativos no país, hasteou a bandeira do *Kaiser* Wilhelm, e instituiu uma política de governo indireto. Isso significou a inserção de poucos agentes alemães no já existente sistema administrativo da corte.

A morte de Rwabugiri havia desencadeado uma violenta guerra pela sucessão entre os clãs reais tutsis, a dinastia estava em grande desordem, e os líderes enfraquecidos das facções vencedoras colaboraram zelosamente com os chefes coloniais em troca de apoio. A estrutura política que resultou disso é descrita como um “colonialismo dual”, no qual as elites tutsis

aproveitavam-se da proteção e da liberdade de ação concedida pelos alemães para consolidar seus feudos internos e ampliar sua hegemonia sobre os hutus.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações transferiu Ruanda para a Bélgica e, nesse ponto, os termos hutu e tutsi haviam se definido claramente como identidades “étnicas” opostas, e os belgas fizeram dessa polarização o ponto central de sua política colonial.

Apesar da polaridade das etnias, o sentimento de unidade nacional era muito forte. Os nativos tinham o sentimento genuíno de formar um único povo. Havia uma forte lealdade à monarquia e ao Deus nacional, Imana. Em poucos povos europeus podia-se encontrar a coesão nacional que havia em Ruanda: uma língua, uma fé, uma lei.

Esse “ruandismo” de Ruanda pode ter sido o que inspirou seus colonizadores a abraçar o absurdo pretexto hamítico pelo qual eles dividiram a nação e a fizeram lutar consigo mesma.

Os belgas dificilmente poderiam pretextar que eram necessários para por ordem Ruanda, então, eles procuraram traços da sua própria civilização na sociedade já existente. Pegaram as ideias de dominação e submissão existentes e as moldaram de modo a encaixá-los em seus propósitos.

Colonização é violência, e há várias formas de levar a cabo essa violência. Além dos chefes militares e administrativos, e de centenas de clérigos, os belgas enviaram cientistas a Ruanda. Estes trouxeram balanças, fitas métricas, compassos e todo o aparato necessário para sair medindo os ruandeses. Mediam sua capacidade craniana, realizavam análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes. É claro que os cientistas chegaram à conclusão do que haviam acreditado o tempo todo, seguindo os preceitos no mito hamítico de Speke. Os tutsis tinham dimensões mais “nobres”, mas “naturalmente” aristocráticas que as dos “rústicos” e “brutos” hutus.

Os colonizadores belgas aferram-se no mito hamítico como modelo e governando Ruanda mais ou menos em parceria com a Igreja Católica Romana, providenciaram a reorganização da sociedade ruandesa em função das linhas étnicas.

Dai por diante a campanha de discriminação aos hutus e exaltação dos tutsis se intensificou. Os hutus que participavam do governo foram retirados de seus cargos, as elites tutsis receberam poder quase ilimitado para explorar o trabalho dos hutus e deles cobrar impostos. Em 1931, os belgas e a Igreja Católica depuseram um *mwami* que consideravam muito independente e nomearam outro, Mutara Rudahigwa, escolhido por sua postura submissa. Tão

logo assumiu o trono ele se convertera ao catolicismo, dando início a uma fila de súditos a pia batismal. Isso em pouco tempo transformou Ruanda no país mais católico da África.

Entre 1933 e 1934 os belgas fizeram um censo para emitir carteiras de identidades étnicas, que rotulavam cada ruandês como hutu (85%), tutsi (14%) e twa (1%). A carteira de identidade tornou impossível a um hutu se tornar um tutsi, e permitiu que os belgas aperfeiçoassem a administração do sistema de segregação enraizado no mito da superioridade tutsi.

Dessa forma, a oferenda dos pastores tutsis ganharam as boas graças dos senhores coloniais, e a oferenda dos agricultores hutus, não. A camada mais elevada dos tutsis, sedenta de poder, e temerosa da possibilidade de sofrer os abusos que ela própria era encorajada a infligir aos hutus, aceitou o privilégio como um dever.

As escolas praticavam abertamente a discriminação, assim como os padres e bispos da Igreja Católica. Os tutsis gozavam do monopólio dos cargos políticos e administrativos, enquanto os hutus tinham suas oportunidades de progresso ainda mais encolhidas. O regime belga de trabalhos forçados, que reunia exércitos de hutus para trabalhar na lavoura, na construção de estradas e outros, sob as ordens de capatazes tutsis, exemplifica a ordem do sistema colonial belga.

Anos depois, um tutsi relembando esse período disse que a ordem era: *“Você açoita um hutu ou nós açoitamos você”*.⁶ Além dessa violência, os camponeses eram assolados pela fome. E no início dos anos 20, milhares hutus e pobres camponeses tutsis fugiram para Uganda, ao norte, e para o Congo, a oeste.

O que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação pré-colonial não importava mais, os belgas haviam feito da “etnicidade” o ponto definidor da existência ruandesa. A maioria dos hutus e tutsis ainda mantinham relações bastante cordiais, os casamentos mistos continuavam, assim como a miscigenação. Porém, com cada criança educada na escola pela doutrina da superioridade e inferioridade raciais, a ideia de uma identidade nacional coletiva caiu por terra, e em cada lado da fronteira hutu-tutsi desenvolveram-se discursos mutuamente excludentes.

⁶ “Gostaríamos de informa-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias”. GOUREVITCH, Philip. Pág. 56, p.f. 1.

A rivalidade entre hutus e tutsis foi fruto da violência simbólica imposta pelo Estado, que moldou a realidade conforme seus propósitos e impôs sua visão de mundo. A política colonial belga interiorizou um sentimento de inferioridade aos hutus, que passaram a de fato se sentir inferiores. Apesar de muitos não pensarem dessa forma, eles não conseguiam deixar de se sentir inferiores. E esse sentimento que levou a tamanha rivalidade.

Início dos Conflitos, tomada de poder pelos Hutus – de 60 a 94.

Segregação gera segregação, e a própria Bélgica era uma nação dividida por fronteiras étnicas, onde a maioria valã francófona havia dominado durante séculos a maioria flamenga. Depois de uma longa revolução social uma fase de maior igualdade demográfica permeou a Bélgica. E, depois da segunda guerra mundial, sacerdotes flamengos começaram a aparecer em Ruanda e identificaram-se com os hutus e passaram a encorajar suas aspirações políticas. Ao mesmo tempo, a administração colonial da Bélgica havia sido submetida aos cuidados das Nações Unidas, logo, a Bélgica estava sob pressão para preparar o terreno para a independência de Ruanda.

Ativistas hutus começaram a clamar pelo governo da maioria e por sua própria revolução social. No entanto, a luta política em Ruanda nunca foi de fato uma busca pela igualdade, a questão era apenas quem iria controlar o Estado etnicamente bipolar.

Em março de 1957, um grupo de nove intelectuais hutus publicou um documento conhecido como “Manifesto Hutu”, reivindicando democracia. Essa reivindicação não era feita por meio da negação ao mito hamítico, mas sim pela corroboração. Viam os tutsis como invasores estrangeiros e, dessa forma, Ruanda era por direito uma nação da maioria hutu. Era isso que significa “democracia” em Ruanda, os hutus tinham os números a seu favor.

O “Manifesto Hutu” rejeitava fortemente a abolição das carteiras de identidades étnicas, pois a lei estatística deveria estabelecer a verdade dos fatos, entendendo-se que fato de ser tutsi ou hutu implicava naturalmente a posição política do indivíduo. Havia diversas posições moderadas, mas em tempo de revoluções os moderados não são ouvidos. Logo, à medida que surgiam partidos hutus, encorajando o povo a assumir sua luta pela identidade hutu, os simpatizantes belgas marcaram as eleições. Entretanto, antes que os Ruandeses vissem uma urna, centenas deles foram mortos.

Em 1º de novembro de 1959, após um boato de que ativistas tutsis haviam matado um subchefe administrativo e ativista hutu – ele havia sido espancado, o que não o levou à morte – bandos errantes de hutus estavam atacando autoridades tutsis e incendiando casas. A “revolução social” havia começado. Em menos de uma semana a violência tinha se arrastado pelo país. Essa insurreição popular ficou conhecida como “o vento da destruição”, e um de seus maiores admiradores era o coronel belga Guy Logiest, que chegou a Ruanda três dias depois do espancamento inicial. Ele trouxe tropas belgas comandadas por ele que perambulavam impassivelmente enquanto os hutus incendiavam casas tutsis.

Quatro meses depois que a Revolução começou o *mwami*, que seguia no governo a mais de trinta anos, foi ao Burundi tratar uma doença e morreu ao levar uma injeção de um médico belga, a princípio ele teve uma fortíssima reação alérgica, mas muitos dos tutsis em Ruanda acreditavam que ele havia sido envenenado, o que tornou ainda mais delicada a relação entre os tutsis e seus patronos belgas. Um novo *mwami*, de apenas 25 anos assumiu o cargo.

Logiest, que era de origem flamenga, passou a comandar virtualmente a revolução, ele via a si próprio como um campeão da democratização. Acreditava estar devolvendo ao povo sua dignidade e no início de 1960 ele perpetró um golpe de Estado por decreto executivo, substituindo chefes tutsis por chefes hutus. Realizaram-se eleições regionais no meio do ano e, com hutus dirigindo os locais de votação, conquistaram 90% dos cargos mais importantes. Nesse momento, mais de 20 mil tutsis haviam sido desalojados de sua casa, e esse número continuou aumentando rapidamente à medida que os líderes hutus organizavam a violência contra os tutsis. Entre os refugiados estava o novo *mwami*.

Dessa forma, com a ajuda belga os hutus conseguiram tomar o poder para si. A “revolução social” acabou em outubro de 1960 e Grégoire Kayibanda, um dos autores do “Manifesto Hutu” assumiu o governo provisório, dizendo que a democracia derrotara o feudalismo. Contudo, apesar de os belgas terem mudado de lado, às vésperas da independência, a nova ordem que eles prepararam era meramente a velha ordem posta de cabeça para baixo.

Alguns meses depois, uma comissão das Nações Unidas relatou que a revolução ruandesa havia apenas conduzido o país a uma ditadura racial de partido único e simplesmente substituído um tipo de regime opressivo por outro. Os hutus infligiam aos tutsis os mesmos abusos que sofriam na era colonial. Ainda assim, Ruanda ganhou independência plena em 1962.

Na história bíblica, o assassinato de Abel por seu irmão Caim tem razão puramente política. Ao ser questionado por Deus o que aconteceu a Abel, Caim responde: “Não sei. Acaso sou guarda de meu irmão?”. O chocante e o paralelo da história com a de Ruanda é o cinismo e a brandura de punição. Por matar seu irmão, Caim foi condenado a viver uma vida errante, fugindo para sempre sobre a terra e, ao responder a Deus que rapidamente ele poderia ser morto, Deus ordena que quem atentar contra Caim, receberá de volta o mal que tentou fazer sete vezes pior. De certo modo, Caim escapa impune.

Os anos que se seguiram eram contados como um jogo de amarelinha pelos tutsis, às vezes saltando vários anos, nos quais não vivenciaram nenhum horror, às vezes diminuindo a velocidade para nomear os meses e os dias. Segundo depoimento de Odette Nyiramilimo, uma tutsi sobrevivente de tantos ataques, podemos sentir um pouco do que se passou ao longo desses anos:

“Nasci em Kinunu, Gisenyi, em 1956. Portanto, eu tinha três anos quando começou essa história de genocídio. Não consigo lembrar exatamente, mas vi um grupo de homens descendo a colina em frente com facões, e ainda posso ver as casas pegando fogo. Corremos para o bosque com nossas vacas e ali ficamos por dois meses. Tínhamos leite e nada mais. Nossa casa foi destruída pelo fogo.”

(GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informa-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. Pag.: 61, pf. 3.)

Odette não se lembrava de quando conseguiram reconstruir a casa, mas ela se lembrava que em 63, seu pai se arrumara todo, como se fosse à uma festa e estava na estrada cercado pelas crianças, incluindo Odette. Seu pai dizia adeus aos filhos, dizia que iria morrer, enquanto os filhos o agarravam e ele perguntou se eles não tinham visto o jipe pela estrada, carregando todos os seus tios maternos e disse que não ia esperar que eles o caçassem, ia esperar ali para morrer com eles. Odette disse que nesse dia conseguiram convencer seu pai a voltar para casa, mas que todos os tios foram mortos.

O pretexto do governo para os ataques ao longo dos anos era encontrado no fato de que, de tempos em tempos bandos armados monarquistas tutsis, que haviam fugido para o exílio,

emprendiam incursões em Ruanda. Esses foram os primeiros tutsis a serem chamados de “baratas”, nome aplicado posteriormente à todos os tutsis.

Em represaria a uma dessas invasões, no final de 63 e início de 64, diversos ataques foram feitos aos tutsis. Apesar de já ter detido a invasão, o governo manteve os ataques para combater “contrarrevolucionários”. Esses massacres foram classificados como um verdadeiro genocídio por um cronista do Le Monde francês e acusou os europeus que trabalhavam no país de uma indiferença que significava cumplicidade.

A família de Odette tentou fugir ao Congo, sem sucesso e, assim como outros tutsis da região, eles viviam pobremente nas montanhas. Nos anos de calmaria dos ataques a segregação, opressão e abusos contra os tutsis não cessavam. Como os tutsis representavam nesse momento 9% do total da população do país, somente 9% deles tinham acesso à educação, à cargos públicos, saúde e tudo mais proporcionado pelo Estado. Além disso, uma meritocracia às avessas era instituída. Os tutsis com menos méritos, com as notas mais baixas eram os que conseguiam avançar para novas escolas. Odette tinha uma irmã que era sempre a primeira da classe, enquanto Odette era mais ou menos a décima. Mas, quando leram os nomes dos que foram aceitos na escola secundária, o nome de Odette foi lido e o de sua irmã não.

Acontece que, apesar do monopólio hutu no poder, o mito hamítico continuava sendo a base da ideologia do Estado. Assim, o sentimento de inferioridade profundo, quase místico, persistia no seio da nova elite hutu de Ruanda.

Em 73, uma nova onda de ataques expulsou Odette da faculdade. Enquanto tomava café da manhã, o refeitório fora invadido por um grupo de hutus armados, gritando que os tutsis se levantassem. Um amigo tutsi de infância mandou Odette ficar sentada, dizendo em voz alta que todos sabiam que ela sempre fora uma hutu. Então, veio um hutu do bando puxando seus cabelos e dizendo que com aquele cabelo ele sabia que ela era uma tutsi. A diretora belga confirmou a origem tutsi de Odette e, juntamente com todas as outras garotas tutsis da faculdade, ela foi expulsa. Por toda a Ruanda estudantes tutsis estavam sendo expulsos e espancados e, muitos deles ao voltar para suas casas, as encontravam destruídas pelo fogo. Nesse ano, pelo menos 100 mil tutsis deixaram Ruanda como refugiados.

Em 75, o general de divisão Habyarimana foi declarado presidente, e ele pediu uma trégua nos ataques contra tutsis, pediu que trabalhassem juntos pelo desenvolvimento do país. Finalmente um presidente que não queria matar os tutsis. Seu discurso para o progresso era

apreciado pela comunidade internacional, pelos doadores de recursos internacionais europeus e americanos e Habyarimana sabia explorar esse fato com grande habilidade.

Apesar de não haver ataques por um espaço de tempo, a opressão foi ininterrupta. Cada cidadão era membro do partido do presidente, o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND). Os indivíduos eram mantidos em seu lugar por diversas regras, entre elas a que proibia a mudança de residência sem aprovação do governo. A regra de 9% de cotas aos tutsis também permaneciam. Membros das forças armadas não podiam casar com tutsis. Mas, dois tutsis finalmente conseguiram assentos no parlamento. Se os tutsis pensavam que mereciam mais que isso, mal chegavam a se queixar, Habyarimana e seu MRND prometiam deixa-los viver em paz e isso era mais do que haviam podido usufruir no passado. E, na metade dos anos 80 Ruanda tinha o melhor desempenho econômico entre todos os seus vizinhos.

Desde 59 a diáspora dos tutsis exilados e seus filhos crescera tanto que totalizava cerca de 1 milhão de pessoas. Quase metade desses refugiados viviam em Uganda, e no início dos anos 80 numerosos jovens ruandeses juntaram-se lá ao líder rebelde Yoweri Museveni em sua luta contra a ditadura brutal do presidente Milton Obote. Em janeiro de 86, Museveni tomou o poder e foi declarado presidente de Uganda, em seu exército estavam milhares de refugiados ruandeses.

Habyarimana se sentiu ameaçado com isso e negou o retorno de milhares de refugiados para casa, simplesmente declarou que Ruanda já estava lotada. Além disso, apertou-se o cerco aos tutsis.

Apesar do país como um todo tenha ficado um pouco menos pobre, a grande maioria dos ruandeses continuava em condições de extrema pobreza. Enquanto a população vivia em condições miseráveis, Habyarimana e seu séquito, provenientes principalmente do noroeste, ficavam cada vez mais ricos. Isso acontecia porque Ruanda era o alvo preferido dos fornecedores de ajuda estrangeiros. A maioria dos países africanos eram governados por ditadores apoiados pelas potências da Guerra Fria, governando à base de pilhagem e assassinato, já Ruanda aparentava calma, possuía boas estradas, alta frequência à Igreja, baixas taxas de criminalidade. Tudo moldado por Habyarimana, atraindo os investimentos estrangeiros. A Bélgica despeja dinheiro no território sobre o qual havia marchado; a França, sempre interessada em expandir seu império neocolonial africano, iniciou a assistência militar a Habyarimana; a Suíça enviou mais ajuda para o desenvolvimento de Ruanda do que para qualquer outro país do mundo; Estados Unidos, Tóquio, Ottawa, Vaticano, todos tinham em Kigali como alvo principal de sua caridade.

Esse se tornou o principal sustento de Ruanda e, a fonte de renda do presidente e dos que o controlavam. Por meio de controle de negócios paraestatais, do aparato político do MRND e do exército, um pequeno grupo de pessoas do noroeste do país havia, no final dos anos 80, transformado o Estado ruandês em um pouco mais que um instrumento de sua vontade, e com o tempo o próprio presidente passou a representar mais propriamente um produto do poder regional hutu do que sua fonte.

A maioria desse grupo era composta pela família de Madame Agathe Kanzinga, esposa de Habyarimana, o *Le Clan de Madame*, passou a ser conhecido como *akazu*. A *akazu* era núcleo de redes concêntricas de energia política, econômica e militar que seria conhecida como o Poder Hutu. Quando o presidente se metia no caminho da *akazu* era logo colocado em seu lugar.

Em 89 a situação econômica piorou, os impostos e a exploração do trabalho compulsório aumentaram, as ajudas internacionais diminuía tanto por causa da conjuntura externa, quanto por causa dos acontecimentos internos. Então, depois de certa pressão internacional e de olho nos seus recursos de ajuda, Habyarimana anunciou, em junho de 90, que era hora de estabelecer um sistema político multipartidário em Ruanda.

Em vez de alívio com o anúncio, a população de Ruanda foi tomada pelo temor da disputa política: ao mesmo tempo em que Habyarimana falava em abertura política, a *akazu* apertava o controle sobre a máquina estatal e muitos dos defensores das reformas fugiam para o exílio.

Então, no início da tarde de 1 de outubro de 90, um exército rebelde, auto intitulado Frente Patriótica Ruandesa, invadiu o nordeste de Ruanda a partir de Uganda, declarando guerra ao regime de Habyarimana e propondo um programa político que acabasse com a tirania, a corrupção e a ideologia da exclusão, que era a grande responsável pelo grande número de refugiados.

A invasão da FPR começou com cinquenta homens cruzando a fronteira e ocuparam o parque nacional do nordeste. Se era a FPR que você queria combater, era só ir para frente de batalha no parque. Mas, três dias após a invasão, houve uma grande fuzilaria em Kigali, e o governo declarou que conseguira esmagar um ataque rebelde à capital. Não houve nenhuma batalha, a fuzilaria era uma farsa e tinha como objetivo exagerar a ameaça a Ruanda e criar a impressão de que havia cúmplices dos rebeldes no coração do país.

A invasão da FPR ofereceu à oligarquia de Habyarimana sua melhor arma contra o pluralismo: o fantasma unificador de um inimigo comum. Todos os tutsis passaram a ser considerados cúmplices da FPR, e os hutus que não compartilhassem dessa visão eram vistos como traidores defensores de tutsis. O Poder Hutu já havia preparado listas de tutsis instruídos, tutsis prósperos e tutsis que costumavam viajar ao exterior. Esses foram os primeiros a serem presos por cumplicidade a FPR.

Cada ofensiva da FPR era rapidamente repelida e gerava repercussões internas aos “cúmplices tutsis” em Ruanda. A cada tentativa de ataque dos rebeldes, os tutsis internos sofriam ataques, casas incendiadas, prisões, sumiços inexplicáveis e morte. Tudo era articulado pelo governo, que era controlado pela *akazu*.

No início de 90, líderes da *akazu* patrocinaram a criação do jornal *Kangura*, de circulação nacional, que conclamava os hutus a unirem-se em torno do presidente na luta contra a ameaça tutsi e, ao mesmo tempo, repreendia o presidente por não conseguir liderar essa luta com empenho suficiente. Ele divulgava listas de tutsis envolvidos com a FPR – não legitimadas -, supostos documentos que comprovavam que o movimento rebelde queria trazer de volta a supremacia tutsi e a exploração dos hutus e chamava todos os hutus a se unirem à luta pelo Poder Hutu, pela autodefesa nacional. Proclamava em alto e bom som a segregação étnica e o preconceito aos tutsis, como podemos ver na seguinte charge publicada por Ngeze, editor do *Kangura*:

“Ngeze: Estou doendo, doutor!!

Psicanalista: Qual é a doença?!

Ngeze: Os tutsis... Tutsis... Tutsis!!!!!!!”

*(GOUREVITCH, Philip. Gostaria de informa-
lo que amanhã seremos mortos com nossas
famílias. Pag.85.)*

Ngeze tinha por religião o “hutuísmo”. Um famoso artigo seu, publicado em dezembro de 1990, era o credo dessa fé recentemente cristalizada: “Os Dez Mandamentos Hutus”. Em poucas sentenças Ngeze revivia o mito hamítico de Speke e a revolução hutu para formular uma doutrina militante da pureza hutu. Os três primeiros mandamentos chamavam atenção para a teimosa opinião de que a beleza das mulheres tutsi sobrepujava as das mulheres hutus. Todas as

mulheres tutsis eram agentes tutsis, e homens hutus que casassem, tivessem amizade ou empregassem uma tutsi deveriam ser considerados traidores. As mulheres hutus, por sua vez, eram convocadas a se precaver contra a atração dos homens hutus pelas mulheres tutsis. Dando sequência a seus mandamentos, Ngeze declarava que todo tutsi era desonesto e qualquer hutu que fizesse negócios com um tutsi seria considerado inimigo de sua própria etnia. O mesmo valia para a vida política, os hutus deveriam controlar todas as posições estratégicas políticas, administrativas, econômicas, militares e de segurança. Além disso, os mandamentos intimavam os hutus a terem unidade e solidariedade contra o “inimigo tutsi comum”, deviam propagar a ideologia hutu e a ver como traidor qualquer hutu que perseguir seu irmão hutu por espalhar e difundir essa ideologia. O oitavo e mais repetido mandamento dizia: “Os hutus têm de parar de sentir pena dos tutsis”.

“Os Dez Mandamentos Hutus” circularam amplamente e tornaram-se imensamente populares. Líderes comunitários de todo país davam a eles valor de lei, em manifestações públicas, comícios, shows, eles eram lidos com fervor. O conteúdo da mensagem não era novo, mas atingiu um clímax de alarme totalmente novo. O poder hutu estava disseminando sua ideologia por todo país e, por onde ela passava, era abraçada pela maioria dos hutus. Era o que se lia no jornal, era o que se ouvia no rádio.

Enquanto o poder hutu propagava o discurso do ódio, as tropas do governo, com ajuda dos exércitos internacionais da França e, inicialmente, da Bélgica e do Zaire, silenciavam qualquer tentativa de ataque da FPR. Esta, se não fosse pelo suporte internacional ao exército de Habyarimana conseguiria competir em pé de igualdade com as forças do governo. No entanto, além de minar toda a tentativa de ataque da Frente, o Estado conjurava ataques em seu próprio território e os atribuía a FPR. Incitando, dessa forma, represália aos tutsis em Ruanda, os acusando de cumplicidade e traição ao governo, sendo que 99% dos tutsis em Ruanda não faziam a menor ideia dos planos da FPR.

Protegidos por um cobertor de segurança imperial⁷, Habyarimana e sua panelinha da *akazu* deixaram o combate a FPR de lado e ficaram livres para concentrar-se em sua campanha contra o desarmado “inimigo interno”⁸.

⁷ Faz-se referência a França, que apoiava as medidas de Habyarimana e suporta seu exército. Paris via a África francófona como uma extensão virtual da pátria e, o fato da FRP ter surgido na anglófona Uganda inspirou a antigo pânico francês de uma ameaça anglo-saxônica.

⁸ Tutsis.

Seguiram-se mais massacres, e no final de março de 1991 centenas de tutsis do noroeste – região onde os coronéis do poder hutu *akazu* viviam e exerciam total influência – haviam sido chacinados. “Vivíamos realmente apavorados nesse período, achávamos que seríamos massacrados todos os dias”⁹, disse Odette ao relatar o período anterior ao genocídio. E, no verão de 1991, a ordem multipartidária entrou em vigor, mas, com visível má fé. A grande maioria da dúzia de partidos que abriram foram criados pelo próprio MRND – partido de Habyarimana – e pelos líderes da *akazu*. Apenas um partido de oposição, fazia oposição genuína e contava com uma filiação significativa de tutsis. Esse debate “democrático” foi usado como mais uma arma do Poder Hutu, “todos nós contra todos eles.”. Qualquer pessoa que ousasse sugerir uma visão diferente da extremista hutu era um deles e podia se preparar para as consequências.

Um ataque aqui, um massacre ali. Eram assim que as coisas iam, enquanto os hutus, cada vez mais organizados, estocavam armas, e milícias jovens hutus eram recrutadas e treinadas para a “defesa civil”. A principal e mais forte dessas milícias era a *interahamwe*¹⁰, que tinha suas origens nas torcidas organizadas de futebol patrocinadas por líderes do MRND e pela *akazu*. A *interahamwe* e os vários grupos que a imitavam e que acabaram sendo incorporados a ela promoviam o genocídio como se fosse uma brincadeira de carnaval. Os líderes jovens do Poder Hutu na surdina, organizavam-se em pequenos bandos divididos por bairro, faziam listas de tutsis e se afastavam para treinar incêndio de casas, lançamento de granadas e confecção de porretes.

A brincadeira virou coisa séria quando em março de 1992, depois que a rádio de Ruanda anunciou falsamente a descoberta de um plano tutsi de massacre aos hutus, os membros da milícia em “autodefesa preventiva” assassinaram trezentos tutsis em três dias em Bugesera. Chacinas semelhantes ocorreram ao mesmo tempo em diversas outras cidades.

Apesar de tudo isso, as ajudas internacionais continuavam a chegar a Ruanda, principalmente em direção ao bolso de Habyarimana e sua elite no poder. As armas também continuavam a chegar, vindas da França, África do Sul, Egito. Quando os fornecedores de ajuda externa apertavam o cerco, Habyarimana acalmava a inquietação estrangeira dizendo que os ataques eram atos espontâneos e populares de raiva ou autoproteção. Mas, os ruandeses sabiam que os massacres eram obra direto do Poder Hutu e do governo de Habyarimana, que legitimava

⁹ GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informa-los que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. Pág. 88. P.f. 2.

¹⁰ *Interahamwe* significa: “Aqueles que atacam em grupo”

o Poder Hutu e a *akazu*. Os ataques eram precedidos por comícios, em que líderes locais acompanhados de alguma autoridade do governo descreviam os tutsis como demônios a serem exterminados.

A *akazu*, além de patrocinar as milícias, tinha seus próprios esquadrões de morte. Os três irmãos de madame Habyarimana, ao lado dos coronéis e líderes da máfia de negócios do noroeste, eram membros fundadores desses esquadrões, que entraram em ação pela primeira vez junto com a *interahamwe* durante o massacre de Bugesera. Nesse massacre houve algo de novo, o uso da rádio na preparação do terreno para a chacina e a radicalização da mensagem, que passou do “nós contra eles” para o “matar ou morrer”.

“Posso ver o que aconteceu, podem me contar como foi, e depois de quase três anos percorrendo Ruanda e conversando com ruandeses, eu posso lhes dizer como foi, e vou dizer. Mas o horror – a idiotice, a perda, a pura maldade – continua indefinível.”

Philip Gourevitch

III. O Genocídio

O início dos Ataques

O genocídio, no fim das contas, é um exercício na construção de uma comunidade, como destaca Philip Gourevitch na passagem de “Gostaríamos de informa-lo que amanhã seremos mortos com nossas famílias”, abaixo:

“Uma ordem vigorosa e totalitária requer que o povo se encaixe nos planos dos líderes e, se o genocídio é o meio mais perverso e ambicioso para chegar a esse fim, é também o mais abrangente. Em 1994, Ruanda era vista em grande parte do mundo como um caso exemplar do caos e da anarquia associados a um Estado em colapso. Na verdade, o genocídio era o produto da ordem, do autoritarismo, de décadas de teoria e doutrinação política moderna, e de um dos Estados mais meticulosamente administrados da história. E, por mais estranho que isso possa parecer, a ideologia do genocídio foi promovida não como uma forma de criar sofrimento, mas de aliviá-lo.”

Gostaríamos de informa-lo que amanhã seremos mortos com nossas famílias. Pag. 93. P.f. 2.

Depois de sofrer muita pressão internacional e temendo os cortes das verbas de ajuda externa, Habyarimana aceitou assinar o acordo de paz com a FPR, representada pelo presidente do Burundi e no dia 4 de agosto de 1993 assinaram em Arusha, na Tanzânia os Acordos de Arusha. Eles garantiriam o direito de regresso aos exilados de Ruanda, prometiam a integração dos dois exércitos em conflito numa única força nacional de defesa e estabeleciam o projeto de um amplo poder de transição, composto por representantes de todos os partidos políticos nacionais, incluindo a FPR. E, durante o período de implementação da paz, uma força de paz das Nações Unidas atuaria em Ruanda, a Unamir.

Os líderes do Poder Hutu viram a assinatura do acordo como uma traição do presidente, o acusando de ter se tornado cúmplice das “baratas”. Quatro dias depois de assinados os Acordos de Arusha, a Radio Television Libres des Mille Collines, uma nova emissora de rádio fundada por membros da *akazu* e dedicada à propaganda genocida, começou a transmitir de Kigali. A RTLM era um *Kangura* das ondas sonoras, seu alcance era ilimitado e o meio de comunicação

mais usado em Ruanda era o rádio, de modo que ela se tornou tremendamente popular com sua oratória inflamada e canções de astros pop do Poder Hutu.

A edição de março do Kangura exibia a manchete “Habyarimana vai morrer março”, e abaixo uma charge retratava o presidente como amigo dos tutsis e cúmplice da FPR, no texto da matéria explicava que ele não seria morto por um tutsi, mas por um hutu comprado por um tutsi. Na noite do dia 3 de abril de 1994, a RTLM havia anunciado que durante os três dias seguintes haveria alguma coisinha em Kigali, e também em 7 e 8 de abril os ruandeses iriam ouvir o som das balas ou granadas explodindo.

E, na noite do dia 6 de abril o jato Mystère Falcon do presidente Habyarimana, presente do presidente francês François Mitterrand, foi derrubado a tiros, com vários altos conselheiros do governo ruandês e com o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira. Não houve sobreviventes. O Poder Hutu atribuiu o ataque a FPR e a RTLM propagou a notícia.

A morte foi recebida com alarde por todos os tutsis, eles sentiam que algo estava por acontecer. Massacres de tutsis em larga escala estavam sendo preparados, listas com os nomes de opositores hutus, de tutsis que tinham poder econômico e dos que ainda ocupavam algum lugar no governo, lista de cada tutsi de cada cidade. As casas de tutsis eram marcadas com tintas vermelhas, para distingui-las das outras.

Poucas horas após o assassinato de Habyarimana desencadeou-se o extermínio dos tutsis por atacado, e as tropas das Nações Unidas ofereceram pouca resistência aos assassinos. Governos estrangeiros apressaram-se em fechar suas embaixadas e evacuar seus cidadãos. Os ruandeses que imploravam por asilo foram abandonados, com algumas exceções, como madame Habyarimana e sua família mais próxima que foram resgatados pelo governo francês.

A prioridade máxima dos assassinatos era eliminar líderes opositores hutus, incluindo a primeira ministra hutu moderada, Agathe Uwilingiyimana, cuja casa era uma das primeiras que fora cercada ao amanhecer do dia 7 de abril. Um contingente de dez soldados belgas e alguns ganeses da Unamir chegou ao local na tentativa de busca-la e leva-la em segurança até a rádio Ruanda, para um pronunciamento, mas chegaram tarde demais. A primeira ministra, com o marido e filhos, tentou fugir dos hutus, mas foi pega no quintal da propriedade vizinha – pertencente a ONU, usada para o Programa de Desenvolvimento da Organização, e foram assassinados por hutus pertencentes à guarda presidencial. Antes que os soldados belgas e ganeses pudessem sair dali, um oficial ruandês chegou e ordenou que entregassem suas armas e o

acompanhassem. Os ganeses foram liberados e os belgas foram levados a Camp Kigali, base militar do centro da cidade, onde ficaram detidos por várias horas e depois foram torturados, mortos e mutilados. Completando o plano de ação do Poder Hutu, que era incentivar a saída internacional do país.

No amanhecer desse mesmo dia, Odette Nyiramilimo, que se tornou uma renomada médica e casou-se com um opositor hutu com lugar de prestígio no governo, ouvia tiros nas ruas e começou a ouvir notícias do massacre. Crianças telefonavam para dizer: “Mamãe e papai morreram”, “minha família foi toda assassinada, só restou eu” e diversas outras notícias do mesmo tipo.

Ninguém naquele momento sabia ao certo quem estava no poder, mas os bloqueios nas estradas, o tom confiante dos locutores da RTLM e os relatos de matanças nas ruas deixavam poucas dúvidas de que o Poder Hutu estava perpetrando um golpe de Estado.

A essa altura as cidades já fervilhavam de soldados, a *interahamwe* e as outras milícias também já estavam às ruas, munidas com as listas de tutsis a serem assassinados. A FPR que havia permanecido preparada para o combate durante o empacado período de implementação da paz, retomou suas ações de guerra menos de 24 horas depois da morte de Habyarimana, mas o exército do governo se encarregava dela, permitindo às pessoas do povo que prosseguissem com os ataques a civis.

Os locutores da RTLM perpetuavam o discurso do ódio: “Vocês, baratas, têm de saber que são feitos de carne. Não deixaremos vocês matarem. Mataremos vocês.”¹¹. Com o incentivo de tais mensagens e de líderes em todas as camadas da sociedade, a matança de tutsis e o assassinato de opositores hutus espalhavam-se de uma região a outra. Seguindo o exemplo das milícias, jovens e velhos hutus engajaram-se na tarefa. Vizinhos matavam vizinhos a facadas em suas casas, colegas matavam colegas a facadas em seus locais de trabalho. Médicos matavam seus pacientes e professores seus alunos. Em poucos dias, as populações tutsis de muitas aldeias estavam praticamente eliminadas, e em Kigali prisioneiros eram soltos para integrarem equipes de trabalho encarregados de recolher cadáveres das sarjetas. Por todo o país, estupros e saques em massa acompanharam a matança. Bandos de milicianos bêbados, estimulados por drogas das

¹¹ GOUREVITCH, Philip. “Gostaríamos de informa-los que amanhã seremos mortos com as nossas famílias.” Pag. 112, P.f. 1.

farmácias saqueadas, eram levados de ônibus de massacre em massacre. Locutores de rádio lembravam aos ouvintes que não tivessem pena de mulheres e crianças.

Trabalho Diário: Matar

“É muito difícil nos julgar”, disse um dos perpetradores do genocídio de Ruanda, que concordara em descrever seus atos a Jean Hatzfeld, autor de *Temporada de facões*. Ao ser questionado do por que dessa dificuldade, ele simplesmente respondeu: “Porque o que fizemos vai além da imaginação humana”. O que aconteceu em Ruanda, realmente vai além da imaginação humana, seres humanos, centenas de milhares de pessoas “comuns” e não assassinos profissionais cometeram o massacre.

Considerando a enormidade da tarefa – extermínio de todos os tutsis – é de se cogitar teorias de loucura coletiva, uma febre de ódio que se transforma num crime passional de massa, com cada um de seus membros matando pelo menos uma ou duas pessoas. O fato é que em milhares de lugares nesse pequeno país, nos mesmos dias de uns poucos meses de 1994, centenas de milhares de hutus trabalharam como assassinos em turnos regulares. Havia sempre a próxima vítima, e a próxima. Eles suportavam a exaustão física, a confusão, toda a sujeira.

A violência coletiva não ocorre a esmo, ela precisava ser organizada, uma destruição ampla requer um grande objetivo. Ela precisa ser concebida como um meio para alcançar uma nova ordem e as pessoas que a cometem devem querer essa nova ordem. A sede de sangue certamente também ajuda, mas os engenheiros e executores de cada chacina ocorrida não precisavam gostar de matar, podiam até achar o ato desagradável. O que cada um deles precisava, acima de tudo, era querer que suas vítimas morram, devem desejar isso com tanta força que esse desejo se torne uma necessidade.

Como mencionado anteriormente, os mortos e seus assassinos haviam sido vizinhos, colegas de escola ou de trabalho, às vezes amigos, até mesmo parentes por afinidade. Os mortos viram seus assassinos treinando nas milícias nas semanas antes do início dos massacres, e já estava implícito que o treinamento era para matar tutsis, era anunciado no rádio, estava no jornal e as pessoas falavam disso abertamente.

Os assassinos matavam durante o dia todo e muitos tinham o hábito de à noite cortar os tendões de Aquiles dos sobreviventes e saíam para jantar e beber cerveja. Pela manhã, ainda

bêbados depois do tempo de sono conseguido em meio aos gritos de suas vítimas, os assassinos voltavam ao trabalho e matavam mais. Dia após dia, minuto a minuto, tutsi por tutsi. Por toda a extensão de Ruanda trabalhavam assim.

Segundo o advogado François Xavier Nkurunziza, que era filho de um hutu e de uma tutsi e casado com uma tutsi, que sobreviveu ao genocídio por pura sorte percorrendo o país de um esconderijo a outro, o conformismo é muito profundo, muito arraigado em Ruanda. Na história do país, todo mundo obedece à autoridade. As pessoas reverenciam o poder, e o nível de educação não é um dos mais elevados. Desse modo, se pega uma população pobre e ignorante, joga uma arma na mão de cada um e os manda matar, eles obedecerão.

Os camponeses mais humildes que eram pagos ou forçados a matar, observavam as pessoas de um patamar socioeconômico mais elevado para ver como elas se comportavam. Logo, as pessoas influentes ou os grandes homens de negócios, são as grandes figuras do genocídio.

Todos foram chamados a caçar o inimigo e caso alguém estivesse relutante colocavam um *masu*¹² em suas mãos e o faziam acompanhar os outros. Se ele se recusasse a matar era ameaçado e coagido pelos outros e teria que matar pelo menos uma pessoa. E no dia seguinte a coisa já havia se tornado um jogo para ele, como acontecera com tantos outros e ninguém precisaria força-lo mais.

Muitos pesquisadores e teorias atuais dizem que sem toda a tecnologia empregada os alemães não conseguiriam matar todos aqueles judeus. No entanto, não foram as máquina que mataram os judeus, foram os alemães. E, os líderes do Poder Hutu tinham essa noção. Se você conseguisse manipular o povo que manipulava os facções, a falta de desenvolvimento tecnológico não era obstáculo. O povo era a arma, e isso significava a população hutu inteira, que deveria matar a população tutsi inteira.

A ideologia do Poder Hutu era somada ao sentimento de inferioridade que vivia dentro de cada hutu, independente de seu poder aquisitivo, ele se sentia historicamente inferior a um tutsi. E isso também os levou a empunharem seus facções.

As pessoas mudaram de um dia para o outro. Hutus que eram amigos próximos de tutsis, que eram generosos e opositores do regime do Poder Hutu e de Habyarimana mudaram totalmente de posição às vésperas do genocídio. Como, Frouduald Karamina, grande homem de negócios que fora preso no início dos anos 90 por causa das ofensivas da FPR, hutu opositorista

¹² Tradicional arma ruandesa que consistia em uma enorme clava com pregos espetados.

que tinha como um de seus melhores amigos um tutsi. E, foi o mesmo, cerca de um ano após sair da prisão que deu ao Poder Hutu tal denominação e se tornou um dos mais importantes extremistas do Poder.

Inúmeras chacinas ocorreram, umas mais inacreditáveis que as outras, que fazem nossas imaginações precisarem de cuidados e descanso. Tutsis, ainda em sua inocência, que procuravam as autoridades locais, pastores ou “coronéis” eram instruídos a se esconderem em escolas, hospitais, igrejas, passavam dias sem recursos e depois as mesmas autoridades que os levaram a se concentrar no mesmo lugar lideravam seus massacres. Os prédios eram cercados pelo exército, milícias, civis, que os incendiavam, invadiam com armas, jogavam granadas e empunhavam seus facões até que não restasse um único tutsi vivo.

Muitos hutus recebiam recompensas acertadas previamente. Um ficaria com o sofá da família assassinada, outro com a televisão, outro poderia estuprar uma das mulheres da família antes de mata-la, entre outros. Uma mulher, do alto escalão do Poder Hutu, pagava cerca de trinta centavos de dólar por cada cabeça de tutsi que lhe levassem, desde que a cabeça estivesse cortada ao meio – prática que ficou conhecida como “venda de repolho”.

O estímulo no rádio e jornais continuavam, os locutores instruíam os assassinos a não terem pena de mulheres e crianças e a não se esquecerem de estripar as mulheres grávidas antes de mata-las.

Paul Rusesabagina, sobrevivente hutu com esposa tutsi e filhos mistos, ficou famoso por esconder mais mil refugiados no hotel belga em que era gerente em Kigali e teve sua história retratada no filme *The Rwanda Hotel*.¹³ Em seu relato, Paul nos conta que exceto pela proteção basicamente simbólica de uns poucos soldados belgas das Nações Unidas, o Milles Collines – hotel sob sua gerência – estava fisicamente sem defesa. Líderes do Poder Hutu e oficiais da Força Armada Ruandesa – FAR – entravam e saíam livremente, bandos da *interahamwe* cercavam o jardim do hotel, as linhas telefônicas do painel de comando do hotel estavam cortadas, e, a medida que o número de refugiados espremidos nos quartos e corredores chegava perto de mil, anunciava-se periodicamente que seriam todos massacrados. Paul disse que “algumas vezes eu me senti morto, mesmo, como se já tivesse morrido.”

Odette, seu marido Jean-Baptiste, os três filhos e sua irmã, que era deputada no parlamento e estava sendo procurada desde o início dos ataques, deram tudo o que tinham por

¹³ “O hotel Ruanda” de 2004.

uma escolta até o rio Nyabarongo, na tentativa de fugir para o sul de Ruanda, onde a onda de ataques ainda não tinha tomado as proporções que já tomara no norte e centro do país. No entanto, às quatro da manhã do dia da partida, sua escolta não apareceu e Jean-Baptiste deu a partida rumo ao rio, e o atravessariam até Bugare, no sul. Infelizmente, foram cercados duas vezes pelas milícias, na primeira ainda tinham dinheiro – dado antes de partirem por uma freira hutu – para negociar por suas vidas, e na segunda Jean-Baptiste tinha em sua posse duas granadas que havia comprado por um pechincha antes dos ataques. Ele as usou para ameaçar os assassinos milicianos, caso os matassem, morreriam juntos. No entanto, ele demorou tempo suficiente para que sua cunhada fosse reconhecida e morta. O resto da família conseguiu escapar da morte, mas foram levados presos ao escritório do prefeito do vilarejo próximo. Mais uma vez, pelo acaso do destino ou sorte, o prefeito do momento era um velho amigo de Jean-Baptiste, que em nome de todos os anos de amizade, decidiu poupar suas vidas e facilitar a fuga. Em menos de 12 horas de sua partida, Odette, marido e filhos, estavam de volta a sua casa. Naquela noite, eles ouviram a rádio Muhabura, a emissora da FPR, em que os nomes dos tutsis assassinados eram lidos diariamente no ar. No meio da lista de mortos, ouviram seus próprios nomes.

Odette e sua família foram resgatados por Paul, que negociou até o fim com o alto escalão do exercito e do Poder Hutu, sempre barganhando com bebidas, dinheiro e joias dos cofres do hotel para que não atacassem e matassem seus refugiados. Ele conseguiu contato com Odette e pediu a Froduald Karamira – o preso, homem de grandes negócios, que se transformou por completo – para pega-los e leva-los ao hotel sob sua proteção, que somente o fez após uma barganha. Foi dessa forma que a família de Odette e muitas outras famílias foram salvas.

O exército e a FAR estavam com o Poder Hutu, mas eles se sobrepunham às milícias. Era tudo um jogo de poder. Paul tinha que achar sempre um homem que fosse com o nível de poder a bater de frente com o homem que os ameaçava no momento. Quando entrava no hotel um coronel mandando todo mundo sair, Paul tinha que correr atrás de alguém que tivesse maior poder para intervir por eles. Tal intervenção só era feita por causa das barganhas que o gerente fazia e também pelo gosto de exercer o poder. Se eles eram aqueles que haviam escolhido tirar vidas, eles também poderiam escolher o poder de mantê-las.

Foi dessa forma que Paul conseguiu preservar todas aquelas vidas dentro daquele hotel. Além disso, ele argumentava com os líderes do exército e de todas as FAR de que as forças

internacionais estavam de olho no que estava acontecendo e que a retaliação viria mais tarde. Paul dizia, mas não acreditava em suas próprias palavras. Ele sabia que estavam sozinhos.

Enquanto esses tutsis e hutus opositoristas tentavam manterem-se vivos ali, por toda a Ruanda os assassinatos não paravam:

“(...) os bloqueios nas ruas estavam por toda a parte. Os membros da interahamwe eram apavorantes, sedentos de sangue, bêbados (...). Tinha gente carregando familiares a hospitais e orfanatos. Levava dias para se conseguir andar dois ou três quilômetros. E chegar a um hospital não era garantia de segurança. (...) Orbinski foi a um orfanato, na esperança de conseguir evacuar as crianças, e deparou com um oficial ruandês que disse: ‘essas pessoas são prisioneiros de guerra, e no meu entender são insetos, que devem ser esmagados como insetos’.”

(Gourevitch, Philip. *Gostaríamos de informa-lo que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. Pag. 131. P.f. 2.)

À medida que os dias se passavam, a FPR avança pelo país. Além do genocídio, a população via-se em guerra civil.

A Frente Patriótica Ruandesa

Como mencionado anteriormente, menos de 24 horas depois da morte de Habyarimana, a FPR já tinha retomado suas ações de guerra. Suas investidas à Ruanda eram reprimidas pelo exército e pela FAR. No entanto, a cada batalha, conseguiam avançar um pouco mais no território. Dessa forma, no final de abril, Kigali estava dividida. A FPR detinha o controle sobre o lado leste e a oeste a cidade pertencia ao governo. Os poucos soldados da Unamir que ainda estavam em Ruanda tentavam diariamente negociar troca de prisioneiros nas duas frentes, mas sua eficácia era extremamente limitada.

As batalhas continuavam e na segunda metade de maio, elas se acirraram, de modo que no final de maio a FPR detinha milhares de prisioneiros leais ao governo num estádio do lado leste da cidade de Kigali – lado oposto ao hotel de Paul. E então, locais de refugiados como o Hotel Milles Collines e a igreja da Sagrada Família – que tinha milhares de refugiados tutsis e onde assassinatos ocorriam periodicamente – começaram a entrar em barganha. A FPR propôs

algo que o Poder Hutu podia entender: “se matarem aqueles, nós matamos estes”, logo foi negociada uma troca. A Unamir, com os poucos ainda presentes, ajudou a mediar o acordo e forneceu o transporte. Na época foi noticiado amplamente que a ONU salvara os refugiados. Mas, a verdade foi outra, eles foram salvos pela FPR e sua ameaça de matar os outros.

A troca foi feita aos poucos, caminhão a caminhão, dia a dia. Houveram dias em que nenhum caminhão se moveu e, mesmo enquanto alguns refugiados eram transportados para a liberdade, os massacres continuaram na Sagrada Família e em vários outros lugares em Kigali.

No entanto, os combatentes da FPR conseguiam avançar país adentro, a partir do nordeste. E, em meados de junho, antes de qualquer ajuda internacional chegar, a FPR controlava toda a parte leste de Ruanda e suas forças moviam-se firmemente para o oeste num amplo movimento em direção ao norte e ao sul de Kigali. À medida que progredia, toda a extensão do extermínio dos tutsis nas áreas que eles conquistavam era exibida para o mundo.

Enquanto os líderes do governo ruandês e a RTLM alegavam que a FPR estava matando cada hutu que encontrasse pelo caminho, e porta-vozes militares franceses divulgavam a ideia de um “genocídio de mão dupla”, a impressão dominante na imprensa internacional era de que a FPR era um exército rebelde espantosamente disciplinado e correto, determinado a restaurar a ordem. Para os tutsis e para a maioria dos hutus de boa consciência, a maior esperança de salvação era alcançar a zona dominada pela FPR ou ser alcançado por ela.

Na época o exército rebelde consistia de 20mil combatentes e estava forçando o recuo do exército nacional, que possuía o dobro desse contingente, apoiado por milícias e por uma grande massa de civis mobilizados para a “autodefesa”.

Há quem pergunte o que estava dando errado, para o Poder Hutu estar perdendo na linha de combate, tendo o dobro de combatentes. A resposta é simples. O regime do Poder Hutu em Ruanda estava enfraquecendo seu esforço militar na linha de frente ao desviar sua energia para completar o genocídio.

Desde o início da guerra com a FPR em 1990, o Poder Hutu justificava suas aparições genocidas dizendo estar se defendendo das investidas rebeldes, simulava ataques e saía como vítima, tanto internamente, quanto internacionalmente. “Agora, o Poder Hutu havia comandado

um dos crimes mais abomináveis de um século de contínua e aparentemente inexorável matança política, e o único meio de se safar desse peso era continuar a fazer papel de vítima.”¹⁴

Enquanto isso, a França conseguiu autorização para uma missão de paz a Ruanda, a *Opération Turquoise*. E prometera ao Conselho de Segurança que não interveria ou tomaria lados no conflito Poder Hutu x FPR. Mas, uma semana depois de sua chegada as tropas francesas ocupavam cerca de um quarto do país, avançando pelo sudoeste de Ruanda para se encontrar frente a frente com a FPR. A França subitamente reinterpreto sua ação “humanitária” e declarou sua intenção de transformar todo o território que ela havia conquistado numa “área protegida”. Ao que, o próprio ex-presidente francês Valéry Giscard d’Estaing acusou o comando francês de proteger alguns daqueles que haviam perpetrado os massacres.

A FPR não passou muito tempo discutindo, reuniu a maior ofensiva que conseguiram e limitaram a *Zone Turquoise*. Em 2 de julho ela conquistou Butare e em 4 de julho conquistou Kigali.

Desde o momento que chegaram, e onde quer que fossem, as forças francesas sustentaram e preservaram os mesmos líderes políticos locais que comandavam o genocídio. Enquanto as outras tropas não chegavam para acabar com os conflitos e ataques (em junho um consórcio de oito nações africanas estavam prontas para intervir em Ruanda, desde que Washington enviasse cinquenta carros blindados de transporte de tropas. O governo Clinton havia concordado, mas em vez de emprestar, decidiu arrendá-los por à ONU por 15 bilhões de dólares), os franceses chegaram ao Zaire prontos para a batalha, com uma grande força de artilharia e blindados e com uma frota de vinte aviões militares. Ao mesmo tempo em que abraçavam o regime militar do Poder Hutu e suas milícias como um regime de Estado cercado por rebeldes, encaravam a FPR como o inimigo. Depois da queda de Butare, os franceses moderaram seu tom. Não recuaram, mas passaram a respeitar, ainda que com relutância, a FPR.

O feito marcante da *Opération Turquoise* foi permitir que a matança de tutsis continuasse por mais um mês e garantir ao comando genocida uma travessia segura, com grande parte de suas armas para o Zaire.

Ao ceder Ruanda à FPR e conduzir vastas multidões para o exílio, os líderes do Poder Hutu poderiam conservar o controle sobre seus súditos, estabelecer um Estado de “refugiados”

¹⁴ GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informa-los que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. Pag. 153, p.f. 2.

em campos mantidos pela ONU e continuar dizendo que seus piores temores tinham sido justificados.

Quando a FPR entrou em Butare e em Kigali no início de julho, mais de 1 milhão de hutus fugiram, seguindo seus líderes em direção ao oeste. Eles temiam que a FPR os tratasse como o Poder Hutu havia tratado os tutsis. Era o medo de retaliação, e para aqueles que “colocaram a mão na massa” mantendo tutsis, era o medo de justiça ou de punição.

À medida que a FPR adentrava e assumia territórios, alcançando o Noroeste – nascente do Poder Hutu – a campanha do Poder para fazer seu séquito os seguirem se intensificava. Nas rádios o discurso, invertendo os pontos, fazia o governo e o Poder Hutu como vítimas, dizendo que a FPR estava exterminando os hutus e não deixavam nenhuma vida por onde passavam. Milhões de pessoas fugiram a pé, liderados por prefeitos, vereadores, homens de negócios da sua região e escoltados por soldados das FAR e milicianos da *interahamwe* e outras.

Em 12 de julho, a chefia do Comitê Internacional da Cruz Vermelha declarou que um milhão de pessoas haviam sido mortas no genocídio. Em 13 de julho, os rebeldes conquistaram Ruhengeri, a velha base natal de Habyarimana e, durante os dois dias que se seguiram mais 500 milhões de hutus atravessaram a fronteira para Goma. Em 15 de julho, os Estados Unidos, finalmente retiraram o reconhecimento diplomático do governo do Poder Hutu em Ruanda e fecharam a embaixada ruandesa nos Estados Unidos. Em 16 de julho, o presidente do Poder Hutu e a maior parte de seu gabinete fugiram para a *Zone Turquoise*. A França havia prometido prendê-los, mas em 17 de julho eles se transferiram para o Zaire, onde cerca de 1 milhão de refugiados hutus se encontravam.

Ao mesmo tempo em Kigali, a FPR declarava que formaria um novo governo nacional, e em 18 e 19 conquistaram todo o território de Ruanda. Em 19 de julho, o novo governo foi empossado em Kigali. Ele era formado por uma coalizão entre FPR e os membros sobreviventes dos partidos anti-Poder Hutu. Em Nova York o até então embaixador de Ruanda na ONU foi obrigado a abandonar seu assento no Conselho de Segurança. O exército nacional de Ruanda passou a ser chamado de Exército Patriótico Ruandês, as exiladas Forças Armadas Ruandesas foram chamadas de ex-FAR.

Em 20 de julho, a ex-FAR e a *interahamwe* começaram a assaltar suprimentos de emergência de comida e bens que estavam sendo transportados por via aérea ao Zaire para os refugiados. Ataques organizados aos tutsis na fronteira com Ruanda também estavam sendo

praticados e isso tudo horrorizava os ajudantes humanitários do acampamento de Goma. Muitos desses confessaram em conversas com pesquisadores do tema, que quando o vulcão ao lado do acampamento – lotado por hutus do Poder Hutu, membros das milícias e milhares de assassinos civis – começou a dar sinais de erupção, eles secretamente achavam que a justiça seria feita se a larva soterrasse todos aqueles assassinos.

Logo em seguida, ainda na semana do dia 20 de julho, foram relatados os primeiros casos de cólera nos novos e superlotados acampamentos. E com isso o genocídio passou a ser notícia velha e foco passou à saúde pública.

Nós – até mesmo nós aqui – temos o poder, e é nossa responsabilidade.

Abraham Lincoln

IV. A Omissão Internacional

Posição da ONU e a Retórica Americana e Internacional

Ruanda é um país paupérrimo, um pouco maior que Vermont e um pouco menos populoso que Chicago, um lugar espremido pelos vizinhos Congo, Uganda e Tanzânia, que de tão pequeno seu nome do mapa tem que ser escrito fora das linhas correspondentes ao seu território. No que diz respeito a interesses políticos, militares e econômicos das potências mundiais, Ruanda tem tanta importância quanto Marte. Na verdade, Marte é provavelmente mais interessante do ponto de vista estratégico. No entanto, Ruanda é povoado por seres humanos, e quando sofreu um genocídio, as potências mundiais abandonaram-na à própria sorte.

No final de 1993, os capacetes-azuis da Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda – Unamir – haviam desembarcado no país sob o comando do general de divisão Roméo Dallaire. O que foi amplamente atacado pelo Poder Hutu, que dizia no rádio e jornais que a Unamir não passava de um instrumento “para ajudar a FPR, logo, os tutsis a tomar o poder pela força”.

Nessa época, Odette, que estava trabalhando na Força de Paz no Burundi, foi convidada a voltar à Kigali, para trabalhar na retomada da Força de Paz em Ruanda. Recebeu uma proposta de 25usd a hora – num país onde 25usd não chegava a ser a renda média do mês. Ela estava temerosa de voltar a Ruanda no final de 93, mas a Unamir e Dallaire a convenceu.

Em uma noite de janeiro de 1994, Odette levava de carro dois primos de volta a um hotel quando seu carro foi subitamente cercado por um bando da *interahamwe*, aos gritos. Ela pisou no acelerador e o bando atirou duas granadas. A explosão destruiu todos os vidros do carro, soterrando-os de estilhaços. Ao perceber que não estavam feridos com gravidade, Odette ligou para Dallaire, mas ninguém da Unamir apareceu e então ela percebeu que “aquela gente” nunca os protegeria.

Desconfiar da Unamir era a única coisa que o Poder Hutu e os tutsis compartilhavam tão profundamente quanto suas desconfianças mútuas. E, não podemos tirar suas razões. A Unamir estava proibida de usar a força, exceto em autodefesa, e mesmo para isso estava equipada precariamente.

Em 11 de janeiro de 1994, Dallaire mandou um fax urgente ao Departamento de Operações de Paz da sede da ONU em Nova York. O fax, com o título “Pedido de proteção a informante”, explicava que Dallaire havia cultivado uma notável fonte de informação no interior dos mais altos escalões da *interahamwe* e que precisava de ajuda para garantir a segurança do homem. O informante estava recebendo cerca de mil dólares por mês para ser instrutor de alto nível da *interahamwe*. Ele havia sido encarregado de coordenar 48 milicianos à paisana, um ministro do MRND e vários funcionários locais do governo numa conspiração para matar líderes da oposição e soldados belgas durante uma cerimônia no Parlamento. Deputados seriam assassinados ao entrar e sair do Parlamento. Tropas belgas, principal suporte da Unamir, seriam provocadas e muitos deles poderiam ser mortos, de modo a garantir que a Bélgica retirasse seu contingente de Ruanda. Esse plano havia sido abortado momentaneamente, mas ainda assim fora reportado no fax, juntamente com a informação de que mais de quarenta células da *interahamwe*, cada uma com mais de quarenta homens, estavam espalhadas por Kigali, depois de terem sido treinadas pelo exército ruandês em disciplina, armas, explosivos, combate corpo-a-corpo e táticas.

Além disso, o fax dizia que desde o início da atuação da Unamir, o informante recebera ordem de registrar todos os tutsis em Kigali. Ele suspeitava que fosse para extermínio dessas pessoas. E disse ainda, que em vinte minutos seu pessoal poderia matar até mil tutsis. O informante acrescentou informando estar preparado para divulgar a localização de um grande esconderijo de armamentos com pelo menos 135 armas. Ele estaria pronto a levar os agentes da Unamir se lhes dessem a garantia de proteção.

Essa não seria a primeira e nem a última vez que o general Dallaire veria que Kigali – designada zona livre de armas pelos Acordos de Arusha – era um bazar de armas do Poder Hutu. Aviões trazendo carregamentos de armas francesas, ou financiadas pela França, continuavam chegando, o governo estava importando facões da China em quantidade que ultrapassava em muito a demanda para uso agrícola. Muitas dessas armas estavam sendo distribuídas gratuitamente a pessoas sem nenhuma função militar conhecida – milicianos, donas de casa, funcionários de escritórios, médicos, entre outros. Isso numa época que Ruanda estava oficialmente em paz pela primeira vez em três anos.

O fax de Dallaire oferecia uma previsão do que estava por vir, muito mais precisa do que qualquer outro documento à época. Ele pediu proteção ao informante e família, que os tirassem

de Ruanda o quanto antes e rotulou o fax com “urgentíssimo”, com a epígrafe “Quem quer consegue. Vamos.”. A resposta de Nova York foi: não vamos. O chefe das Operações de Paz da ONU na época era Kofi Annan, ganense que se tornaria secretário-geral da organização. O seu assessor, Iqbal Riza, respondeu ao fax no mesmo dia, rejeitando a operação sugerida como fora da alçada da Unamir. Em vez disso, Dallaire fora instruído a contar o que lhe foi relatado ao presidente Habyarimana. Não importou a eles que o informante houvesse deixado claro que os planos para exterminar os tutsis e assassinar belgas se originaram na corte de Habyarimana. Ele também deveria partilhar suas informações com os embaixadores da Bélgica, França e EUA em Ruanda. Mas, não foi feito nenhum esforço na sede das operações de paz para alertar o secretariado das Nações Unidas ou o Conselho de Segurança para a assustadora notícia de que um extermínio estava sendo planejado em Ruanda. Essa foi a primeira grande abstenção da ONU.

Na noite na morte de Habyarimana e no dia seguinte os telefones da ONU em Ruanda não paravam de tocar, ininterruptamente, com uma média de cem ligações por hora. Inúmeros políticos, funcionários da ONU na região e ruandeses comuns chamavam por ajuda. Dallaire e seu assistente entraram então em seu jipe e partiram para o quartel general do exército nacional, onde uma reunião estava em andamento para tratar da crise. Nenhum dos dois voltou mais para sua residência.

Chegando ao quartel general, Dallaire encontrou o coronel Théoneste Bagosora, diretor do estado-maior do exército, um hutu linha dura, à cabeceira de uma mesa em forma de “U”, declarando que a morte do presidente significava que o governo entrara em colapso e que o exército precisava assumir o poder. Dallaire lembrou-lhe que Agathe Uwilingiyimana, a moderada e eminente primeira-ministra tornara-se a legítima chefe de Estado e diante dessa afirmação muitos oficiais ali presentes deram risos abafados.

É importante ressaltar, que desde o principio o alto escalão da ONU e as grandes potências, principalmente a dos EUA, estavam sendo avisados do que estava ocorrendo. Cerca de uma hora após a queda do jato, Kevin Aiston, encarregado da divisão de Ruanda no Departamento de Estado dos Estados Unidos, bateu à porta da sala da secretária adjunta interina de Estado, Prudence Bushnell, e informou sobre os assassinatos dos presidentes e que as autoridades ruandesas rapidamente decretaram toque de recolher, e milícias hutus e soldados do

governo instalaram barreiras nas estradas que levavam à capital, informou ainda que a RTLM apontou como alvo os tutsis étnicos, e os chamavam de *inyenzi* – baratas.

Bushnell redigiu um memorando ao secretário de Estado Warren Christopher, pois preocupara-se com um provável surto de mortes em Ruanda e no vizinho Burundi. Dizia: “Se, como parece, ambos os presidentes foram assassinados, é grande a possibilidade de que venha a eclodir violência generalizada em um dos países ou em ambos, especialmente se for confirmado que o avião fora derrubado a tiros. Nossa estratégia é pedir calma aos cidadãos de ambos os países, com declarações públicas e por outros meios”¹⁵. Declarações públicas acabaram sendo praticamente a única estratégia que Washington conseguiu formular nas semanas seguintes.

Em 14 de abril de 1994, uma semana depois da morte dos capacetes azuis belgas – aqueles que foram à casa da primeira ministra na tentativa de resgatá-la e acabaram sendo massacrados pelos hutus da *interahamwe* e da guarda presidencial-, a Bélgica se retirou da Unamir, exatamente como o Poder Hutu pretendia. Uma semana depois, dia 21, o comandante da Unamir, Dallaire, declarou que com apenas cinco mil soldados bem equipados e carta branca para combater o Poder Hutu, ele poderia deter rapidamente o genocídio. Ele fez o pedido do aumento da tropa por fax, no entanto, no mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que reduzia o contingente da Unamir em 90%, ordenando a total retirada, com exceção de 270 soldados cujas ordens lhes permitiam pouco mais do que se agachar atrás de seus sacos de areia e observar.

O abandono de Ruanda pelas forças da ONU foi a maior vitória diplomática do Poder Hutu até então, e ela pode ser creditada quase que exclusivamente aos Estados Unidos. Com a lembrança ainda muito viva do fracasso da missão de paz na Somália, onde muitos soldados americanos e europeus foram mortos, a Casa Branca havia acabado de fazer um documento chamado Diretiva de Decisão Presidencial 25, que consistia num levantamento de razões para evitar um envolvimento norte americano nas missões de paz da ONU. Apesar do apelo de Dallaire não demandar tropas americanas especificamente e nem de se tratar de uma missão para a manutenção da paz e sim para evitar-se o genocídio de uma etnia inteira, os Estados Unidos buscou persuadir outros países a não assumir missões que eles próprios queriam evitar. A embaixadora do governo Clinton nas Nações Unidas, Madeleine Albright, opunha-se até em deixar os 270 soldados em Ruanda.

¹⁵ POWER, Samantha. *Genocídio, A Retórica Americana*. Pág. 380, p.f.3.

Uma semana após o corte na Unamir, quando os embaixadores da Tchecoslováquia, da Nova Zelândia e da Espanha, incomodados com as crescentes evidências de genocídio em Ruanda, começaram a pressionar pelo regresso das tropas da ONU. No entanto, o Conselho de Segurança, no qual Ruanda convenientemente ocupava uma cadeira temporária em 1994, não foi capaz nem de aprovar uma resolução que contivesse a palavra “genocídio”, por insistência americana e britânica. Nesse andamento, abril deu lugar a maio, enquanto o número de assassinatos aumentavam cada vez mais, o Conselho de Segurança preparava-se para votar mais uma vez no dia 13 de maio a restauração do poderio da Unamir. A embaixadora Albright conseguiu adiar por mais quatro dias a votação. O Conselho concordou então em enviar 5500 homens para a Unamir só que, por insistência norte-americana, muito lentamente.

Maiou tornou-se junho e àquela altura um consórcio de oito nações africanas havia anunciado sua disposição para mandar uma força de intervenção a Ruanda, para tal, solicitaram aos EUA enviasse cinquenta carros blindados de transporte das tropas. O Governo Clinton concordou, mas como mencionado anteriormente, eles decidiram alugar os carros em vez de emprestá-los gratuitamente. Cobraram da ONU 15 bilhões de dólares pelo consórcio, incluindo custos de transporte e peças sobressalentes. Curioso é que os EUA deviam bilhões de dólares em contribuições atrasadas à ONU. Curioso também é o fato que cerca de um ano antes disso tudo, o Governo norte-americano inaugurara um museu em memória aos mortos do genocídio praticado pela Alemanha durante a Segunda Grande Guerra. Os funcionários do museu usavam *buttons* com os slogans “Lembre-se” e “Nunca mais”.

No início de junho o chefe da Comissão de Direitos Humanos da ONU ainda se recusava a usar a palavra genocídio para descrever os acontecimentos em Ruanda, ele preferia a frase “possível genocídio”, enquanto o governo Clinton verdadeiramente proibia o uso irrestrito da palavra com “g”. A frase oficial americana era “atos de genocídio podem ter ocorrido”. A porta voz do Departamento de Estado americano, Christine Shelley, em uma das coletivas a esse respeito se deixou levar ao dizer que a aplicação da palavra genocídio requer responsabilidades. Responsabilidades que eles não queriam arcar, Washington não queria agir. Agir nessa situação não traria nenhum benefício aos EUA, apenas gastos.

Enquanto isso, os carros blindados de transporte para a força de intervenção pan-africana estavam parados numa pista de pouso na Alemanha, pois a ONU barganhava um desconto de

cinco milhões de dólares no aluguel. Quando a Casa Branca finalmente concordou com o desconto, não havia aviões disponíveis para transportar os carros.

Havia outros mecanismos que os EUA poderia ter lançado mão, mas não o fez, como por exemplo, usar de seus artifícios técnicos para tirar do ar a RTL – que proclamava o discurso do ódio, incentivava a matança, dava informação sobre paradeiro de tutsis, entre outros. Eles não fizeram *lobby* para que o embaixador do genocida governo ruandês fosse expulso das Nações Unidas, não impediram que o dinheiro e armamento continuassem munindo o Poder Hutu. A paralização foi total.

A ação francesa

Em paralelo à inércia americana, a França ansiava impacientemente por uma oportunidade de salvar seu investimento de prestígio político e militar em Ruanda, ou seja, salvar os herdeiros do Poder Hutu de Habyarimana, cada vez mais ameaçados pela temida e anglófona FPR.

A França, desde o início do governo de Habyarimana, ajudou Ruanda militar e politicamente. Deu força política a Habyarimana e investiu no armamento do exército nacional ruandês, enviando armas, tanques, granadas e até treinadores para os soldados. E, mesmo quando Habyarimana caiu, a ajuda continuou, as armas continuaram chegando ao Governo do Poder Hutu.

Historicamente, a França é conhecida por suas guerras, dificilmente se mantém de fora de uma guerra, revolta ou conquistas imperiais. Logo, Paris via a África francófona como uma extensão de sua pátria e, o fato da FRP ter surgido na anglófona Uganda, despertou a conhecida fobia anglo-saxônica.

As comunicações entre Paris e Kigali se mantiveram constantes, cordiais e conspiratórias. O discurso usado pelos diplomatas franceses era o mesmo assumido pelo Governo do Poder Hutu, de que o que seria um genocídio não passava do resultado da fúria popular que se seguiu ao assassinato de Habyarimana, de que a população havia se levantado unida para se defender, sem ser coagida ou incitada e de que o governo apenas queria restaurar a ordem.

A imprensa francesa estava incomodando as autoridades políticas e militares do país com denúncias de sua escandalosa cumplicidade na preparação e implementação da carnificina.

Então, em meados de junho a França propôs uma expedição militar a Ruanda como missão “humanitária”, a ser levada sob bandeira das Nações Unidas, com algumas tropas senegalesas alugadas. Muitos líderes africanos de grupos não francófonos questionaram tal missão e a motivação francesa e, a FPR qualificou a missão como inaceitável.

Nas noites de 16 e 18 de junho, carregamentos de armas para o regime do Poder Hutu aterrissaram, com a conivência da França, na cidade de Goma no Zaire, e foram transportadas até a fronteira de Ruanda. Mas, em 22 de junho o Conselho de Segurança – querendo se livrar da vergonha da abstenção, e aparentemente sem perceber a vergonha complementar que isso causaria – endossou a expedição francesa dando-lhe um mandato de dois meses com a permissão de usar a força de agressão que fora negada a Unamir. No dia seguinte, as primeiras tropas francesas da *Opération Turquoise* deslocaram-se de Goma para o noroeste de Ruanda, onde foram saudadas pela *interahamwe* – que catavam, agitavam bandeiras francesas e carregavam cartazes dizendo coisas como: “Bem-vindos hutus franceses”.

Como dito anteriormente, o principal feito da *Turquoise* foi possibilitar um mês a mais de genocídio. No final de maio a matança já estava mais lenta porque muitos dos tutsis já haviam sido massacrados. A caçada continuava especialmente nas províncias ocidentais de Kybuye e Cyangugu. Mas, com o avanço da FPR também era responsável por essa redução. Em grande parte de Ruanda, a mensagem do Poder Hutu para as massas havia mudado de uma ordem para matar a uma ordem para fugir do avanço da FPR. Muitos dos que serviam ao extermínio dos tutsis passaram a ter que ir para a linha de frente, na tentativa de conter o avanço da FPR e outros tantos fugiam do país.

Uma semana depois da chegada das tropas francesas em “missão de paz”, um quarto do país estava tomado pela *Turquoise*, avançando pelo sudoeste de Ruanda para se encontrar com a linha de frente da FPR e tentar retardar seu avanço.

Desse modo, as tropas francesas, sob bandeira da ONU, permitiram que o massacre perdurasse por mais um mês até a tomada total do território pela FPR.

Conforme a FPR avançava, os rebeldes matavam todos os cachorros que viam, porque eles estavam comendo os corpos espalhados pelas ruas e, o mesmo faziam os capacetes-azuis da ONU – era a primeira vez que a maioria dos ruandeses viam que eles afinal sabiam atirar – por ordem direta, era o que deviam fazer para evitar problemas de saúde pública. Com isso a ONU se preocupava.

Garantia ao Direito Humanitário Internacional: Reponsabilidade de Todos?

Em 11 de dezembro de 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o genocídio um crime perante o direito internacional. Em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral foi mais longe, adotando a Resolução 260 (III), a Convenção para Prevenção e Punição de Crime de Genocídio, que obrigava as “partes contratantes” a “encarregar-se de prevenir e punir ações cometidas com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso.

Assim como a polícia de um Estado jura prevenir e punir o assassinato, os signatários da Convenção do Genocídio juraram zelar pela ordem de um admirável mundo novo. “*A retórica da utopia moral é uma resposta peculiar ao genocídio*”¹⁶. Os autores e signatários da Convenção do Genocídio sabiam bem que não haviam lutado na Segunda Guerra Mundial pela preservação dos judeus, mas sim para conter o avanço fascista. Mas, ainda assim, a Convenção selava o compromisso internacional para evitar-se qualquer tipo de extermínio, para conter qualquer tipo de ataque genocida. Os Estados Unidos da América somente assinou a Convenção, tornando um de seus signatários, em 1989, catorze anos após a própria Ruanda assinar.

Foi por causa da Convenção, a palavra “genocídio” era extremamente proibida de ser proferida na Casa Branca e também na ONU para explicar os fatos que estavam ocorrendo em Ruanda. Se consecutivos “atos genocidas” – termo usado por Washington – estavam ocorrendo, não era então um genocídio? Quantos atos de genocídio eram necessários para constituir um genocídio?

“Dallaire recorda seu raciocínio: Eu tinha escrúpulos de afirmar que aquela matança era genocida porque, para nós do Ocidente, ‘genocídio’ equivalia ao Holocausto ou aos campos da morte no Camboja. Ou seja, atingia milhões de pessoas. ‘Limpeza étnica’ parecia envolver centenas de milhares de pessoas. ‘Genocídio’ era o ápice na escala de crimes inimagináveis contra a humanidade. (...) Se a comunidade internacional deixar de agir, poderá ver-se incapaz de se defender contra acusações de não fazer nada para impedir um genocídio.”

POWER, Samantha. *Genocídio, a Retórica Americana*. Pág. 410, p.f. 3

¹⁶ GOUREVITCH, Philip. Gostaria de Informa-los que amanhã seremos mortos com as nossas famílias. Pág. 145, p.f. 2.

O Direito Humanitário Internacional é um conjunto de leis que protege as pessoas em tempos de conflitos armados, seja qual for o lugar do mundo. Essas leis foram estabelecidas na Convenção de Genebra e na Convenção da Haia e, tem como princípio básico a garantia de que pessoas que estejam fora de combate ou que não desejam participar diretamente nas hostilidades devem ter suas vidas, integridade moral e física preservadas. Sob todas as circunstâncias devem ser protegidas e tratadas de maneira humana sem distinção. E todos os Estados Nações que participaram e assinaram tais Convenções tem por obrigação fazer cumprir suas leis.

Logo, a garantia do Direito Humanitário Internacional é de responsabilidade de todos os signatários das convenções que estabeleceram tais direitos. E, o Genocídio, sendo um crime contra a humanidade e ferindo o direito humanitário internacional deveria ter sido freado por todas essas nações.

Entretanto, em 19 de julho, dia em que o novo governo da união nacional da FPR foi empossado, e quase dois meses após da decisão do Conselho de Segurança de mandar reforços lentamente para conter o genocídio, o comandante Dallaire comandava os mesmos 503 homens que lhe restavam desde fins de abril.

Após o fim do genocídio, na tentativa de reparar o irreparável, a ONU instaurou na Tanzânia o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, para julgamento dos responsáveis pelo genocídio e outras violações das leis de direitos humanos e demais leis internacionais acontecidas no território de Ruanda. Ele investigaria atos genocidas e levaria a julgamento os responsáveis e cúmplices de cada ato denunciado. As pessoas eram incentivadas a depor sobre o que haviam visto e sofrido, tinham que depor contra líderes comunitários, religiosos e de Estado. O que a maioria não fazia, por medo da retaliação, por trauma do que havia acontecido ou por simplesmente não querer reviver e relatar as cenas que não saiam de suas mentes.

A partir de 1998 as atividades do tribunal se expandiram e a ONU determinou que suas investigações se completassem até 2004, todas as atividades de julgamento em 2008 e encerrasse os trabalhos em 2010. Em 1998, o comandante Dallaire foi chamado para depor no tribunal, e mesmo tendo se passado quatro anos, via-se que o genocídio era algo onipresente em sua vida. No meio de seu depoimento, sua voz ficou embargada na tentativa de encontrar palavras para

expressar seu choque e decepção: “Parece... inconcebível alguém pode assistir... a milhares de pessoas sendo... massacradas... todo dia na mídia... e permanecer passivo”¹⁷.

Dallaire parecia estar sondando a sala do tribunal em busca de respostas. Ainda não conseguia entender como as grandes potências podiam ter deixado aquilo acontecer, retirado seu pessoal civil e seus soldados desamparando o povo de Ruanda e as forças de paz da ONU. Dallaire declarou ainda perante o tribunal que a partida daquelas unidades militares “com pleno conhecimento do perigo corrido pela debilitada força da ONU é indesculpável por qualquer critério humano”¹⁸.

O comando carregava o peso da culpa nos ombros, culpa por não ter podido ajudar mais, por não ter conseguido evitar tantas mortes. Culpa de não fazer uso de suas armas para evitar terríveis mortes que presenciava diariamente. Ele respeitava as ordens que lhe eram postas, ele só podia usar seu armamento para autodefesa, suas mãos estavam seladas pelo seu juramento como soldado às Nações Unidas. Ele sentia culpa pelos ruandeses, que confiaram seus destinos à ONU e foram assassinados, sentiu o fracasso de sua missão, encarou todas aquelas mortes como suas, pois aconteceram durante sua missão, não conseguia apagar os milhares de olhos o fitando perplexos. “Argumentei, mas não convenci, portanto fracassei”¹⁹.

Cerca de um mês depois do depoimento de Dallaire, o presidente Clinton foi a Ruanda. Com a elegância de quem tem prática em demonstrar remorso, o presidente americano fez uma espécie de pedido de desculpa.

“Nós, nos Estados Unidos e na comunidade mundial, não fizemos tanto quanto poderíamos e deveríamos ter feito para limitar o que ocorreu. Talvez pareça estranho a vocês aqui, mas no mundo todo havia pessoas como eu, sentadas em escritórios, dia após dia, sem avaliar plenamente como vocês estavam sendo tragados com tanta força e rapidez nesse terror inimaginável”.

POWER, Samantha. Genocídio, a Retórica Americana em Questão. P.440

Em 1999, Dallaire recebeu um ultimato: ou ele deixava de lado o “problema Ruanda” e parava de depor no tribunal e de criticar publicamente a comunidade internacional por não fazer

¹⁷ SANTORO, Lara. “Rwanda Massacres Were Avoidable, General Says”, p. 7.

¹⁸ DALLAIRE, Roméo. “O Final da Inocência”, p79.

¹⁹ POWER, Samantha. “Genocídio, a Retórica Americana em Questão”, p. 441.

o suficiente ou deixava as forças armadas que ele tanto amava. Dallaire disse a eles que nunca desistiria de Ruanda. Que ele era o comandante da força e completaria seu dever, testemunhando e fazendo o possível para levar aqueles sujeitos perante a justiça. Em abril de 2000, Dallaire foi convidado a deixar as forças armadas canadenses e recebeu dispensa médica. Ele disse inúmeras vezes: “O dia em que eu tirar meu uniforme será o dia em que também prestarei contas à minha alma”. Apesar de tudo, Dallaire continuava acreditando nas operações de paz, nos direitos humanos e ajudas humanitárias. Acreditava que os países desenvolvidos deveriam olhar para além de seus interesses e erguer os olhos para o reino da preeminência do humanismo e da liberdade.

Em dezembro de 2008, o Tribunal finalmente condenou à prisão perpétua os três principais dirigentes do governo de etnia hutu: O coronel Théoneste Bagosora, ex-diretor do gabinete no Ministério da Defesa e considerado pela Promotoria como o "cérebro" por trás dos massacres, o major Aloys Ntabakuze, comandante do Batalhão de comandos paraquedistas e o coronel Anatole Nsengiyumva, comandante militar de Gisenyi. O Tribunal os considerou culpados de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra ao término de um julgamento histórico para Ruanda que durou mais de seis anos. Em um veredicto separado, o tribunal também sentenciou a 20 anos de prisão o empresário Protais Zigiranyirazo, cunhado do ex-presidente Habyarimana, irmão de Madame Habyarimana e cabeça da *akazu*, por considerá-lo culpado de genocídio e extermínio.

Apesar disso, muitos dos assassinos, grandes empresários que perpetuavam o extermínio escaparam ilesos da justiça pelos crimes que cometeram.

“Não era minha saúde física que precisava de cuidados. Era minha imaginação que precisava de alívio.”

Joseph Conrad. “O coração das trevas”.

V. Consequências do Genocídio

100 dias, 800mil mortos

Peguemos a estimativa mais precisa: 800 mil mortos em cem dias. Isso dá 333,3 assassinatos por hora ou 5,5 vidas exterminadas por minuto, em maio 75% dos tutsis de Ruanda haviam sido mortos. Consideremos também como as mortes foram executadas e por quem. Assim, conseguimos chegar um pouco mais perto do entendimento sobre o que se passava, e ainda passa, na cabeça dos sobreviventes. Cada sobrevivente se pergunta por que ainda está vivo. Nesse aspecto, o genocídio fora inteiramente bem sucedido: para suas vítimas, não era a morte que parecia um acidente de destino, era a sobrevivência.

Etienne Niyonzima, um ex-homem de negócios que se tornou deputado na Assembleia Nacional, relatou que: “Tive dezoito pessoas assassinadas na minha casa. Tudo foi completamente destruído, um lugar de cinquenta e cinco por cinquenta metros. No meu bairro mataram 647 pessoas. Você precisava ver como matavam. Tinham o número da casa de todo mundo, e marcavam com tinta vermelha as casas de todos os tutsis e dos hutus moderados. Minha mulher, que estava na casa de uma amiga, levou dois tiros. Ainda está viva, mas não tem mais os braços. Os outros que estavam com ela foram mortos. A milícia abandonou-a achando que ia morrer sozinha. Todas as 65 pessoas da família dela foram mortas em Gitarama. (...) Minha esposa e quatro dos meus filhos estão vivos. (...) Honestamente, não entendo como fui poupado”²⁰.

Os horrores e ataques vividos desde o início dos anos 90, acarretaram em um sentimento de aceitação nos tutsis. E quando o genocídio começou grande parte deles já haviam aceitado que iriam morrer, só esperavam não morrer de forma cruel. Não ser morto por um facção de preferência, mas por um tiro. Se pudessem, pagariam para ser mortos com um tiro. A morte era mais ou menos normal, uma resignação. A maioria perdera a vontade de lutar, acreditava ser impossível sobreviver àquilo.

Houve 4 mil tutsis mortos em Kacyiru, um bairro de Kigali. Os soldados os levaram e ordenaram que todos eles se sentassem, pois atirariam granadas neles. E eles se sentaram, sem nenhuma resistência.

²⁰ GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de Informa-lo que amanhã seremos mortos com as nossas famílias*. P. 22, p.f. 2.

Essa era a cultura do medo, imposta por anos pelo regime segregacionista hutu. As pessoas pediam apenas para rezar antes, e depois serem mortas ou pediam para os assassinos as matassem em casa e não na rua. “Quando você está resignado e oprimido a esse ponto, você já está morto. Isso mostra que o genocídio foi preparado por muito tempo. Essas vítimas do genocídio foram psicologicamente preparadas para esperar a morte só pelo fato de serem tutsis. Elas vinham sendo assassinadas havia tanto tempo que já estavam mortas”, disse Laurent Nkongoli, advogado que se tornou vice-presidente da Assembleia Nacional.

Chacinas eram organizadas até por pastores, centenas de milhares de tutsis que procuraram a igreja como refúgio foram assassinadas. Em Mugonero, na região de Kibuye os tutsis pediram ajuda ao prestigiado presidente da Igreja Adventista em Kibuye, que os aconselhou a se refugiarem no complexo do hospital e igreja de Mugonero. As pessoas de um modo geral acreditavam que nada de mal lhes aconteceria na Igreja, sob a proteção dos pastores, e em 12 de abril já havia mais de dois mil tutsis refugiados no complexo. No dia 16, depois de tentar pedir ajuda ao presidente da Igreja, ao seu filho, que era o diretor do hospital e ao prefeito, a resposta veio, dizendo que todos deveriam morrer. E assim a chacina fora liderada pelo pastor, médico e prefeito, homens de maior prestígio local.

Isso acontecera por toda Ruanda, os tutsis eram aglomerados, enganados por aqueles em quem confiavam e depois chacinados. Escolas, orfanatos, igrejas, hospitais, locais de trabalho. As pessoas eram retiradas de ônibus, carros e eram mortas ao serem identificadas como tutsis. Como muitos dos assassinos eram vizinhos das vítimas, eles as reconheciam no meio das massas.

Os tutsis sobreviventes, só chegaram a esse feito porque conseguiram se esconder até a chegada da FPR ou fugiram para as zonas dominadas pelos rebeldes ou para países vizinhos. Houve famílias inteiras escondidas nos pântanos, florestas, forros de telhados, por dias, semanas e meses.

No dia 10 de abril o rádio divulgava um comunicado oficial da administração provincial convocando todos os caminhoneiros, porque apenas quatro dias após o início dos massacres já havia tal quantidade de corpos que era necessário uma frota de caminhões para recolhê-los.

Analisando esse cenário, conseguimos ter uma ideia da proeza realizada por Paul Rusesabagina, que conseguiu manter a salvo cerca de mil tutsis e opositores hutus. Mas, segundo ele, se a FPR não tivesse dominado Kigali, todos seriam mortos uma hora ou outra. Ele barganhou e jogou o jogo do ego e do poder com os comandantes do exército nacional,

conseguindo sempre manter afastada a *interahamwe*. Entendeu, muito antes que muitas pessoas Ruanda afora, que o genocídio que estavam vivenciando tinha origem política e não humanitária, entendeu que a força escura que movia de fato as pessoas era o poder. Numerosos homens ligados ao regime do Poder Hutu haviam instalado suas esposas tutsis no hotel de Paul, e suas presenças certamente contribuíram para a segurança do hotel. O padre Wenceslas - cuidador da Igreja da Sagrada Família, onde outros milhares de tutsis estavam abrigados, mas não em segurança, pois ataques aconteciam periodicamente com a ajuda do padre – sabia que não era capaz de garantir nem a segurança de sua própria mãe e a levou para o hotel dizendo estar entregando a Paul sua própria “barata”. Ele estava falando de sua mãe, ela era uma tutsi.

Hutus e tutsis casavam-se entre si, e com o início do genocídio, muitas famílias se viram divididas ao meio, muitas esposas hutus tinham que escolher se abandonariam ou não seus maridos, e vice e versa. Muitos morriam na tentativa de salvar sua família. Foi em uma dessas situações que uma frase amplamente divulgada na mídia internacional foi dita. Duas irmãs hutus se viram nessa situação. Uma escolheu ficar escondida na igreja com o marido, a outra não sabia se ficava ou se tentava a fuga com seus onze filhos para salvá-los sozinha, pois sendo o pai um tutsi, eles também eram tutsis. Soldados os pegaram, mas garantiram a ela que poderia ir com seus filhos, mas antes de conseguir fugir, ela assistiu ao assassinato de seis de seus filhos, os soldados os mataram. Quando chegou a vez do mais novo, de apenas três anos, ele implorou ao soldado “Por favor, não me mate. Nunca mais serei tutsi de novo” e o soldado o matou.

Assim se passaram os cem dias, durante o verão de 1994 em Ruanda. Onde a maldade imperou, a paixão pelo poder ganhou força e milhões pagaram por isso.

Reestruturação Ruandesa, Cenário Político Externo e Interno e Herança Deixada pelo Genocídio

O genocídio deixou uma herança, a do medo. As pessoas, tantos tutsis quanto hutus tinham medo de um novo genocídio, ou pela ressurreição do Poder Hutu ou por vingança dos tutsis. Se havia acontecido uma vez, por que não poderia acontecer novamente?

Paul garante que ainda ter alguns amigos em quem confia, mas que “o genocídio mudou tanta coisa – em mim mesmo, em meu comportamento. Eu costumava sair, me sentir livre. Podia

ir tomar um drinque com qualquer um. Podia confiar. Mas agora tendo a não fazer isso”, diz Paul.

Além do trauma de ter perdido familiares, de tê-los visto sendo esfaqueados até a morte por pessoas conhecidas, por vezes amigas, até por médicos e pastores, as pessoas haviam perdido a confiança umas nas outras e não por que queriam, mas por espontaneidade. Não se conseguia confiar, acreditar. E isso era só uma parte do problema.

O país precisava se encontrar novamente como uma unidade, precisava recolher os cacos e se reestruturar, achar um meio de dar força às mulheres que haviam perdido seus maridos, filhos e ficado sozinhas. As mulheres agora eram maioria no país, já que a maioria assassinada e refugiada foi de homens.

Como mencionado anteriormente, com a tomada de território da FPR, os exilados hutus passaram de dois milhões de pessoas, que ficaram distribuídas em campos de refugiados da ONU no Zaire e na Tanzânia. O maior e mais lotado dos acampamentos era o de Goma, com 200mil num campo aqui, 150mil acolá, 100mil descendo a estrada. Goma situa-se na margem norte do lago Kivu, ao pé de uma cadeia de altíssimos vulcões, e ao norte e a oeste entende-se por vários quilômetros uma nada acolhedora planície de lava negra endurecida, coberta por um mato curto, rude e áspero, onde a rocha era recortada e cheia de pontas. Foi nesse leito onde os acampamentos foram levantados e onde a cólera tomou conta e matou mais de 30 mil hutus entre três e quatro semanas.

Uma catástrofe deu lugar à outra, e essa segunda foi muito mais atendida que a primeira. A ONU conseguiu mobilizar diversos países do mundo e as grandes potenciais não, que viam a questão como problema humanitário, conseguiram verbas altíssimas para a missão humanitária e a ajuda chegava de toda a parte do mundo, e então, a cólera foi controlada.

Apesar de toda a ajuda internacional, a quantidade de refugiados era muito grande e a escassez de água limpa e mantimentos era inevitável, sem falar de espaço físico, as pessoas se aglomeravam entre fezes e urinas. Além disso, grande parte dos refugiados estavam muito bem armados e equipados, eram os *génocidaires* – como ficaram conhecidos os praticantes do genocídio. Por vezes, eles se juntavam para atravessar as fronteiras e matar alguns tutsis²¹.

²¹ Há muito sobre o que relatar a respeito dos refugiados, suas condições nos acampamentos e todos os problemas que a quantidade de refugiados acarretou. Maiores informações podem ser encontradas em “Gostaria de Informa-los que amanhã seremos mortos com nossas famílias” de Philip Gourevitch, págs. 160 a 188.

O novo governo de Ruanda começou uma campanha para repatriar todos os refugiados, tanto os tutsis que fugiram ao longo dos anos de liderança hutu e durante o genocídio, quanto os hutus que se refugiaram conforme a FPR tomava o território. O governo argumentava que o país era seguro o suficiente para todos retornarem às suas casas.

No entanto, essa repatriação por diversas vezes, apesar de ordens contrárias, foi realizada com violência. Em campos mais militarizados, como o de Kibeho, os remanescentes do Poder Hutu, instruíam a população a não cooperarem e batiam de frente com o EPR (Exército Patriótico Ruandese) e resistiam à repatriação. Foi em Kibeho que milhares de hutus foram mortos. Crianças morreram soterradas com o pânico gerado pelo cercamento do exército, outros morreram com tiros, e muitos saíram feridos.

O que desejo ressaltar ao relatar tais ocorrências é que em Ruanda nunca houve uma luta entre os mocinhos e bandidos, pois havia violões de ambos os lados. Por vezes a balança pesou mais para uns do que para outros, como no genocídio, mas os vilões residiam nos dois lados.

Em 1996, o país finalmente aboliu o uso das carteiras de identidades étnicas e o país tentava caminhar para a normalidade, na medida do possível.

Aspectos Socioeconômicos e Culturais em Ruanda 20 anos depois

A geração pós-genocídio cresce em um país com promessas de desenvolvimento. Os jovens de hoje eram muito pequenos em 1994 e apenas ouviram falar do massacre ou lembram-se de vagos momentos. Muitos, por terem famílias que correram para o exílio, acabaram nascendo fora de seu país.

O desafio de garantir a reconstrução, reconciliação e estabilidade social a 20 anos era extraordinário. No entanto, hoje em dia Ruanda é um modelo de desenvolvimento e uma referência para os países vizinhos. Várias estratégias desencadeadas ao longo dos últimos anos estão na origem deste sucesso. Desde logo, em 1996, a abolição dos Cartões de Identidade Étnica que diferenciavam hutus de tutsis, constituiu um marco importante que assinalou uma nova fase na vida do país, reconhecendo os mesmos direitos a todos os cidadãos e desvalorizando o seu grupo social de origem.

Para atenuar o sofrimento dos que sobreviveram ao genocídio e restaurar a confiança nas instituições sociais, principalmente na justiça, introduziu-se, em 2001, o sistema judicial

tradicional Gacaca que tratou de cerca de 1,5 milhões de casos de suspeitos de participação no Genocídio. O novo governo também contribuiu fortemente para o alívio da tensão social introduzindo um sistema de liderança descentralizado e representativo dos diferentes grupos sociais em todos os níveis políticos e, em 2003, uma nova constituição que foi elaborada após referendo, instituiu um limite de dois mandatos presidenciais, assim como a institucionalização da partilha do poder, a impossibilidade de o Presidente da República e de o Presidente da Assembleia serem do mesmo partido e a proibição de o Presidente nomear chefes de gabinete apenas de um partido.

Em 2009, uma reportagem da rede CNN classificou Ruanda como tendo a história de maior sucesso do continente Africano, tendo alcançado estabilidade, crescimento da economia, com a renda média tendo triplicado nos últimos dez anos e integração internacional. Em 2007, a revista Fortune publicou um artigo intitulado "Why CEOs Love Rwanda" - Por que os CEOs amam Ruanda. E, em 2008, Ruanda tornou-se o primeiro país a eleger uma legislatura nacional na qual a maioria dos membros era mulheres.

Os progressos econômicos são realmente impressionantes. A indústria do turismo tem tido um crescimento notável e a aposta do governo na criação de infraestrutura tem atraído o investimento e a ajuda estrangeira. Ruanda também se impõe como um exemplo de desenvolvimento tecnológico na região, tendo construído uma rede de fibra óptica que liga 30 distritos do país. Fundamental para o desenvolvimento econômico foi a total reestruturação do setor agrícola, com grandes progressos realizados no setor do café e do chá, aumentando a produção e a exportação dos produtos.

Igualmente notável foi a transformação registada na capital, Kigali, que deixou de ser uma das cidades mais poluídas, para ser considerada em 2008 pela Habitat Internacional, uma das cidades mais limpas e seguras de África, ao que não é alheio um enorme esforço de educação ambiental que reduziu significativamente o uso de plásticos e a poluição. Foi a primeira cidade africana a receber o Habitat Scroll of Honor Award, em reconhecimento de sua "limpeza, segurança e conservação do modelo urbano".

Ainda assim, o país continua a se reerguer e tenta trazer de volta todos os que fugiram dos anos de conflitos. Hoje, 11 milhões de habitantes vivem neste que já foi considerado um dos piores países para se viver. Ainda há cerca de 100 mil refugiados — em sua maioria, mulheres e crianças. Muitos deles foram para a República Democrática do Congo, Tanzânia e Burundi. Nas

regiões fronteiriças, já não existem mais campos de refugiados para ruandeses. Mas, eles ainda existem no Congo Brazzaville, Zâmbia, Uganda e Malawi.

Ainda há muita desconfiança e continua não sendo fácil levar todos os refugiados de volta para Ruanda. Uma nova campanha tem tomado conta dos esforços do governo para sensibilizar e facilitar a repatriação de ruandeses que continuam no exílio. Trata-se de um grande programa de reintegração para diminuir o temor e a desconfiança dos refugiados, para que não temam a volta para casa e que recomecem suas vidas. O ‘Venha e Veja, Volte e Conte’ leva ruandeses que vivem fora para viajarem o país e verem as transformações. É a tentativa de se reconstruir a unidade, o sentimento de uma única pátria.

Os traumas psicológicos que ainda hoje assombram os sobreviventes são difíceis de avaliar, mas outras consequências do Genocídio, como os 613 mil órfãos com menos de 14 anos registados em 2004, apresentam números impressionantes. A maioria feminina, correspondendo pós-genocídio ao percentual de 70% é outro número que impressiona, assim como a quantidade de pessoas com os membros amputados.

Nos vinte anos que decorreram após o genocídio diversos ataques entre as etnias foram registrados. Hutus fundamentalistas, remanescentes do Poder Hutu, liderando alguns ataques à tutsis, assim como represálias tutsis também ocorrem esporadicamente. Mas, ataques singulares como esses são repreendidos publicamente. Nada como o que acontecera entre 59 e 94, não se trata de ataques generalizados, pelo menos não até agora. O sentimento de desconfiança persiste em ambas as etnias, tendo vivenciado os horrores do genocídio ou não. E, os olhos da comunidade internacional devem estar sempre atentos para que nada do que aconteceu no verão de 1994, aconteça novamente. Como a luta pelo domínio de imposição das representações do real, a luta pelo poder do domínio da violência física e simbólica sempre irá existir, tudo pode acontecer.

VI. Conclusão

A muitos anos atrás uma equipe de cientistas resolveu fazer uma experiência para tentar demonstrar um dos aspectos da vida em sociedade e tentar decifrar a ideia de “ideologia”. Colocaram dentro de uma jaula cinco macacos e um cacho de bananas pendurado no alto da jaula com uma escada abaixo dele para possibilitar a subida dos macacos para pegar as bananas. Toda vez que um macaco tentava subir a escada os que ficavam embaixo recebiam um jato d’água até que o macaco no alto da escada descesse. Isso se repetia todas as vezes que um macaco tentasse subir na escada, e os que ficavam embaixo espancavam os que tentavam subir para não receberem jato d’água. Até o dia que todos eles pararam de subir. Então, os cientistas substituíram um dos macacos por outro, e a primeira coisa que o novato fez foi tentar subir na escada, mas foi imediatamente impedido e espancado pelos demais. Os cientistas foram substituindo cada macaco e cada um dos novatos eram espancados e forçados a descer ao tentar subir a escada. Depois que o quinto macaco foi substituído por outro, o novato seguiu direto para a escada e foi espancado pelos demais. Esses quatro macacos que espancaram o mais recente novato não nunca haviam levado um jato d’água, espancaram e fizeram o novato descer sem nem saber o motivo, apenas sabia que subir a escada não era permitido.

O mesmo fenômeno aconteceu durante o genocídio de Ruanda. A maioria dos *génocidaires* tanto do exército nacional quanto das milícias do Poder Hutu era composta por jovens. Jovens hutus que nunca haviam vivenciado a opressão tutsi durante o período colonial, que nunca tiveram suas oportunidades diminuídas por um governo autoritário tutsi, se muniram de armas e caçaram tutsis até a morte, na tentativa de “limpar” a sociedade que viviam daquela raça “suja e indigna” que eram os tutsis.

Isso foi resultado de uma ideologia política segregacionista que teve início muito antes do genocídio, primeiro com os tutsis no poder, endossados pela colonizadora Bélgica que apontou as diferenças entre as duas etnias e começou o processo de segregação dos tipos, depois perpetuada pelos hutus a partir de 59. A violência simbólica imposta pelo Estado ditou as percepções do real e visões de mundo daquela sociedade, enraizando o sentimento de inferioridade hutu, que para se sentir superior tinha que subjugar os tutsis. A ideologia segregacionista étnica era a ideologia daquela sociedade.

Fica evidente que a causa do genocídio foi puramente política, e não cultural ou religiosa, afinal eles compartilhavam da mesma cultura, e a grande maioria seguia a mesma religião. Foi a paixão pelo poder, a paixão pela vontade de ditar as regras daquela sociedade, o ódio arrastado por anos, que levaram ao genocídio. E, analisando todos os fatos históricos, realizamos como as vidas de milhares, milhões de pessoas estão na mão de um pequeno grupo ou até de uma única pessoa. Onde, no caso de Ruanda, tudo começou com o mito hamítico de Speke e com os colonizadores belgas que acharam que uma etnia era superior à outra.

Apesar disso, da ideologia daquela sociedade e do sentimento enraizado, todos temos escolha. Como no caso do bispo Misago, que entregou 80 crianças para a morte e disse que era isso ou o matavam, que não havia nada que ele pudesse fazer, que ele não tinha escolha. E, o caso do padre Pierre Ngoga, um sacerdote de Kibeho, que tentara defender os refugiados tutsis em sua Igreja de todo o jeito que podia e acabou pagando por isso com a própria vida. Ou como o caso de Paul que colocou a própria vida e de sua família em risco na tentativa de proteger e salvar centenas de tutsis. Ou ainda, o caso da comunidade internacional, que optou por não agir, por não intervir, já que Ruanda não possuía nada que lhes interessasse e a intervenção não os traria nenhum benefício, e deixaram que milhões de pessoas sofressem as consequências de suas escolhas.

O horror do genocídio e as mãos paradas das grandes potências deixaram uma marca num século que já sofrera tanto com os mandos e desmandos políticos. E, apesar de hoje ser um tema esquecido nos faz questionar o nível de crueldade que um ser humano pode chegar.

Para concluir, segue uma das passagens memoráveis do livro de Gourevitch:

“ (...) ‘Ouvi dizer que você está interessado no genocídio’, disse um oficial da inteligência militar norte-americana. ‘Você sabe o que é genocídio?’

Pedi a ele que me contasse.

‘Um sanduíche de queijo’, disse ele. ‘Pode escrever. Genocídio é um sanduíche de queijo’. Perguntei-lhe o que queria dizer com isso.

‘Quem se importa com um sanduíche de queijo?’, disse. ‘Genocídio, genocídio, genocídio. Sanduíche de queijo, sanduíche de queijo, sanduíche de queijo. Quem dá a mínima? Crimes contra a humanidade. Onde está a humanidade? Quem é a humanidade? Você? Eu? Você viu algum crime cometido contra você? Ora, só 1 milhão de ruandeses. Você já ouviu falar na Convenção do Genocídio? (...) Aquela convenção daria um bom embrulho para um sanduíche de queijo.

(Gostaria de Informá-los que amanhã seremos mortos com as nossas famílias. Pag 167, 168.)

VII. Referências Bibliográficas

BARKER, Gregory. “Ghosts of Rwanda”, 2004. Documentário disponível em: <<http://freedocumentaries.org/film.php?id=190>>.

DALLAIRE, Roméo. “O Final da Inocência”.

_____ “Shake the hands with Devil”, Da Capo Press, December 21, 2004.

GOUREVITCH, Philip. “Gostaria de informa-los que amanhã seremos mortos com as nossas famílias”. Companhia das Letras, 2006, São Paulo.

HATZFELD, Jean. “Uma temporada de facões”. Companhia das letras, 2005, São Paulo.

PAULA, Luiz Augusto. “Genocídio e o tribunal penal internacional para Ruanda”. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/pt-br.php>>.

POWER, Samantha. “A retórica americana em questão”. Companhia das Letras, 2004, São Paulo.

SANTORO, Lara. “Rwanda Massacres Were Avoidable, General Says”, Christian Science Monitor, 27 de fevereiro de 1998.

The Hotel Rwanda, Terry George, filme de 2004.

SITES:

http://archive.fortune.com/2007/03/28/news/companies/pluggedin_Gunther_Rwanda.fortune/index.html

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL928871-5602,00-BAN+COMEMORA+DECISAO+SOBRE+EXMILITARES+ENVOLVIDOS+EM+GENOCIDIO+DE+RUANDA.html>

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/entenda-por-que-o-mundo-nao-impediu-o-genocidio-de-ruanda.html>

<http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/07/17/zakaria.rwanda/index.html>

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34710/vinte+anos+apos+genocidio+ruanda+ainda+tenta+trazer+refugiados+de+volta+para+casa.shtml>

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34718/onu+sente+vergonha+por+atuacao+em+genocidio+de+ruanda+diz+ban+ki-moon.shtml>

http://ruandafrica.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html

VIII. Anexos





